

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

"A BONANÇA NA MATANÇA": O SENTIMENTO DE “CONFORTO” CAUSADO PELO
ESQUADRÃO DA MORTE, MÃO BRANCA, ENTRE OS CITADINOS CAMPINENSES
EM 1980

JONATHAN VILAR DOS SANTOS LEITE

CAMPINA GRANDE
FEVEREIRO DE 2015.

"A BONANÇA NA MATANÇA": O SENTIMENTO DE CONFORTO CAUSADO PELO
ESQUADRÃO DA MORTE, MÃO BRANCA, ENTRE OS CITADINOS CAMPINENSES
EM 1980

JONATHAN VILAR DOS SANTOS LEITE

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
em História, do Centro de Humanidades da
Universidade Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: Antonio Clarindo Barbosa de Souza.

Campina Grande



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

2015

JONATHAN VILAR DOS SANTOS LEITE

"A BONANÇA NA MATANÇA": O SENTIMENTO DE CONFORTO CAUSADO PELO
ESQUADRÃO DA MORTE, MÃO BRANCA, ENTRE OS CITADINOS CAMPINENSES
EM 1980

Monografia Avaliada em 12/02/15 com o conceito 10,00.

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a)

Examinador (a)

Examinador (a)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho às várias vítimas e familiares que foram atingidos por uma das mais violentas e sanguinolentas faces da Ditadura Militar brasileira: as torturas e assassinatos cometidos por muitos policiais e principalmente por justiceiros ligados a esta instituição que atuaram em todo o Brasil e, neste caso especial, na nossa “pacata” cidade de Campina Grande.

Dedico este trabalho à minha falecida avó, dona Irene, que tenho certeza que deve estar extremamente orgulhosa por ver seu neto enfim se graduando em algo que ama de coração, esteja onde ela estiver. Dedico a você, vó, pois foi você quem me ensinou o verdadeiro sentido da palavra dedicação e que mesmo com sua 4ª série do ensino fundamental apenas, me transmitia tanto conhecimento e corrigia tanto a minha ortografia (e da minha prima Camila) quando mais novo(s).

Assim como dediquei à minha avó Irene, dedico também à minha outra avó, Alba, que foi uma das minhas maiores fontes de inspiração no magistério, carregando valores como determinação, inovação e compromisso com a educação em prol de qualidade no ensino público, sempre lembrada com reconhecimento e reverência até hoje pelos seus alunos de outrora.

Por fim, não posso deixar de dedicar à pessoa que sempre esteve ao meu lado em todos os períodos de tensão, aflição e estresse durante todo o período de curso: minha namorada, Anna Letícia.

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer por um trabalho que é fruto de uma trajetória que perpassou todos estes quatro anos de curso, dos quais dois anos e meio foram dedicados a esta pesquisa. Foram várias pessoas, em vários dias, horas e em momentos diversos que me acompanharam neste caminho me dando força, dicas, conselhos, críticas e ajudas. Até mesmo aqueles que já se foram deste plano têm seu peso nas palavras que se seguirão e que de forma direta ou indireta colaboraram com minha formação não só intelectual, mas pessoal e moral. Aqui irá um agradecimento talvez extenso, em uma ordem assim um tanto caótica, sem ordem numeral precisa. O primeiro não será necessariamente mais importante que o último.

Primeiramente queria agradecer ao governo federal que, através do MEC, me deu a oportunidade de ter sido bolsista PET desde 2012 até Março de 2015 e ter me ajudado a custear idas a congressos, encontros e simpósios dentro e fora do estado da Paraíba, me proporcionando valioso crescimento acadêmico, contato com outras instituições, pesquisadores, estudantes e diferentes abordagens.

Queria agradecer à grande parte dos meus familiares que acompanharam e torceram, fosse de perto ou de longe, para o meu sucesso nessa carreira acadêmica e profissional que venho trilhando. Agradeço especialmente a meus pais que tornaram a conclusão deste curso economicamente viável ao passo que me incentivavam a ir sempre além; à minha tia Marta Inalmir que, de Salvador, sempre me perguntava como iam os estudos e me estimulava a correr para uma pós-graduação (a qual tive a felicidade de ser aprovado nesta mesma instituição) e um dia me tornar concursado público; a minha avó Alba por ter sido um exemplo de retidão e determinação enquanto educadora e ao meu avô Afonso que me ensinou a nunca perder o foco e sempre levar os estudos tão a sério.

Não poderia deixar também de agradecer à minha namorada, Anna Letícia, que tem estado comigo estes seis anos, sempre me dando força, me aturando quando eu estava estressado com tanta Xerox para ler, resumir e fichar, tantas provas para estudar, seminário para preparar, atividades do PET e etc., assim como ter compreendido as ligações que não pude prolongar, os dias que não pudemos sair e as vezes que não dei a atenção que ela merecia por estes mesmos motivos. Todavia, todo esse sacrifício que fiz e continuo fazendo faz parte de um projeto de um futuro melhor que a inclui ao meu lado e que sempre a desejo por perto, usufruindo de tudo de bom que pode surgir a partir de agora.

Queria também agradecer a todos aqueles amigos que me ajudaram com críticas construtivas, direcionamentos, materiais e elogios. Sendo assim não poderia deixar de agradecer aos meus irmãos do moto clube Cães de Guerra (em especial:Rodrigo Emanuel, Adjael Maracajá e o Robson “Coruja” Elias que antes de ser irmão de Motoclube foi um dos professores que mais me inspirou a amar a História); ao amigo de infância Thiego Leite, que sempre me estimulou a gostar de História desde pequenos e até hoje sempre me proporcionar excepcionais discussões sobre todo tema que por ventura perpassa a sociedade contemporânea; a Ramon Farias (por tantas caronas, “ramonzadas”, conversas sobre Economia/História e ser um amigo tão leal e prestativo sempre que precisei) e aos colegas de curso Diodoro Soares (amigo inseparável de seminários, artigos, trabalhos e cervejas no C.U), Leonardo Leite (idem), Carlos André “Carlito” (por sempre ter sacadas interessantes e ter me proporcionado ótimas discussões agradáveis sobre História e Teoria e outras mais), André Ouriques (idem; procura-se vivo ou morto), Ayrton Adilson (pelas centenas de caronas, boas conversas, pelas melhores trilhas sonoras no carro e ser sempre tão solícito) e José Junior (por faro tão aguçado e por ter dicas tão sábias).

Por último, mas não menos importante, aos colegas petianos que estiveram comigo por esse tempo todo desde 2012. A eles e a professora Regina Coelli Nascimento agradeço por tantos momentos de trabalho, crescimento e aperfeiçoamento juntos, aprendendo a trabalhar em equipe, a fazer tudo dando o melhor de si, a nos organizarmos, nos tornarmos mais responsáveis e capacitados. Agradeço também aqui ao meu orientador, Antonio Clarindo, por sempre me guiar nesse caminho meio enevoado e me mostrar a luz quando o que eu via era escuridão e a professora e colega Luciana Estevam que teve a gentileza de compartilhar seu arquivo comigo, facilitando minha vida em cem vezes mais.

São muitas pessoas, muitos agradecimentos que foram aqui feitos e talvez muitos outros que acabaram não sendo feitos por injustiça do esquecimento, mas de toda forma sou grato a todos os que me auxiliaram nessa pesquisa e na minha trajetória de quatro anos de curso de todas as maneiras possíveis.

A vocês, minhas honras.

EPIGRAFE

“Quis custodiet ipsos custodes”¹

Décimo Júnio Juvenal

¹ Quem vigia os vigilantes?

RESUMO

Dado que o ano de 2014 foi marcado pelos 50 anos do golpe militar, uma série de produções e eventos ligados a esta temática (no meio acadêmico ou não) têm se dedicado a discutir esse período da história brasileira com debates focados em discutir tanto questões em um nível nacional desta periodicidade como em um nível local de estados e cidades. Esses estudos voltados para o tema da ditadura militar têm adquirido uma enorme relevância para a sociedade brasileira tanto quanto para as discussões acadêmicas de todo o país.

Dada esta data emblemática, procuramos problematizar não só como se deu um período específico - o ano de 1980 - e os acontecimentos atrelados ao caso do grupo de extermínio “Mão Branca”, como também nos questionamos acerca do que a opinião pública pensava a respeito dos atos destes justiceiros. Como a mídia reagiu? E como os variados setores da sociedade campinense se manifestaram sobre o caso? E pensar principalmente quais estratos da sociedade campinense apoiaram ou reprovaram a ações do grupo?

Partindo destes questionamentos recorremos a várias fontes para tentar responder nossas perguntas, tais quais, fontes jurídicas como o processo criminal do caso; jornais da época que circulavam pela cidade (1979-1980), contendo não só a opinião muitas vezes dos Jornais através dos colunistas como também da própria sociedade que se expressava através das colunas de opinião pública; também tentamos buscar relatos de pessoas que viveram a época, assim como também observamos que ainda a pouco tempo a opinião pública de determinados setores sociais ainda continuava a aclamar e clamar pela volta do esquadrão da morte.

Com isso pudemos observar que nessa gama de opiniões que eram manifestadas pelos campinenses, havia uma malha de jogos de interesses que funcionavam como mecanismos de defesa – seja pessoal, de interesses de classe ou outros; não só isso, mas também foi possível perceber os propósitos dos policiais civis que compunham o esquadrão da morte por trás de seus atos e pronunciamentos.

Palavras-chave: Mão Branca, Violência, Ditadura Militar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... p. 10

I CAPÍTULO: A CIDADE EM CHAMAS p. 14

II CAPÍTULO: A CIDADE EM SANGUE p. 25

1.0 – Mapeando os justiceiros..... p. 27

1.1 – Dos crimes na cidade p. 32

2.0 – Das execuções em si p. 33

III CAPÍTULO: A CIDADE EM VOZES p. 45

CONSIDERAÇÕES FINAIS p. 57

REFERÊNCIAS p. 59

INTRODUÇÃO

Dado que este ano de 2014 foi marcado pelos 50 anos do golpe militar, uma série de eventos e produções, acadêmicas ou não, têm se dedicado a repensar esse período da história brasileira com debates focados em discutir tanto questões em um nível nacional desta periodicidade como em um nível local de estados e cidades. Esses estudos voltados para o tema da ditadura militar têm adquirido uma enorme relevância para a sociedade brasileira tanto quanto para as discussões acadêmicas de todo o país.

O estudo desse período se faz importante para a sociedade a partir do momento em que pode se mostrar como uma maneira de preservar a memória coletiva da população brasileira que serve para conscientizar das várias formas de violência, opressão e de censura que puderam (e podem) se tornar possíveis a partir de um Estado, das lutas e dos embates entre as mais variadas forças que permeiam o meio social da época até o reacender de uma série de reivindicações atuais – como a punição de militares responsáveis por torturas, assassinatos e sequestros de pessoas dessa época, paradeiro de pessoas desaparecidas ou mortas, divulgação e acesso livre a documentos confidenciais do Estado militar. A nível acadêmico, este momento atual de debate desencadeia uma série de revisitações à temática, com novas abordagens, indagações e olhares – tanto que possam ir de encontro a discursos elaborados no próprio seio da historiografia, como de redirecionar olhares ou dar novos sentidos ao que já havia sido escrito até então.

Tendo em vista que muitos dos estudos e produções acadêmicas acerca do tema tentam deslocar um olhar mais macroanalítico de observação para entender como o Regime aconteceu em nível nacional, notamos certa carência em produções que tomem a cidade como espaço de análise. Além disso, é perceptível a forma como muitos historiadores que escreveram e escrevem esta história sobre a Ditadura civil militar abordam o tema centrado em acontecimentos ocorridos geralmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, os tomando como padrão para uma análise da conjuntura nacional e deixando de lado as particularidades e peculiaridades de como ocorreu o momento em determinadas regiões do país. Para isso se faz importante a redução de escala para âmbitos locais em que podemos distinguir elementos mais íntimos e que nem sempre emergem de forma uniforme ao que acontece em lugares como o Rio de Janeiro e São Paulo. É neste sentido que tentaremos fazer uma leitura desse período tomando por recorte geográfico a cidade de Campina Grande tentando traçar um

perfil de como se deu um acontecimento específico atrelado a esta Ditadura: a ação de esquadrões da morte.

Percebendo também o crescente aumento de casos de homicídios realizados por grupos de justiça privada na região Nordeste – com ênfase na Paraíba e arredores – (NÓBREGA JR. 2012) e observando não só o modo pelo qual a mídia tem transmitido estes casos, como a maneira que a população das cidades tem também recepcionado estas notícias – seja via jornal impresso, telejornal ou outros meios mais informais -, se materializam aqui neste trabalho algumas indagações e preocupações acerca desta temática: como as pessoas que escutam/leem/assistem essas notícias em seu cotidiano lidam com elas? Esses homicídios cometidos por grupos de extermínio ou esquadrões da morte causam “conforto” em maior parte da população ou causam pavor? Será que uma parte da população se sente segura, enquanto outra se sente apavorada? Rapidamente o nosso olhar de historiador nos transporta para o ano de 1980, quando explode o caso Mão Branca, tornando-se rapidamente polêmico em toda a cidade – seja pelas páginas de jornal da época, seja pela conversa passada de boca-a-boca entre os cidadãos.

Pesquisas que envolvem o tema da violência na História têm sido cada vez mais e mais aprofundadas e estudadas pelo Brasil. Contudo a abrangência do termo nos leva a uma série de outros temas vinculados a ela. Tendo isso em mente, logo se abre o leque para as outras diversas ramificações que são levadas pelo estudo da violência, e este projeto acaba por se enquadrar em um grupo de estudos que tem sido bastante analisado em vários lugares do mundo², por exemplo, mas que no Brasil se faz pouco presente: uma história sobre crimes, casos policiais, esquadrões da morte, assassinatos em série, por psicopatas e por outros tipos de homicidas. Uma história mais voltada para o campo da criminologia. Sendo assim, acreditamos que torna-se pertinente em âmbito acadêmico, estudos voltados para este tipo de história ainda pouco explorada, mas ainda promissora para debates cada vez mais frequentes na academia e na sociedade.

Poucos são os estudos voltados para os crimes tal como temos tratado, entretanto, já existem produções locais bastante detalhadas e relevantes sobre o justiça privada em Campina Grande e região e podemos citar exemplos de trabalhos desenvolvidos pelo professor Drº José Maria de Nobrega Junior, em que o mesmo descreve a situação dos homicídios no Nordeste nas décadas de transição do século XX e XXI e o qual dá uma

² Possuindo na França uma *École des Hautes Études en Criminologie*, por exemplo.

atenção especial às práticas dos esquadrões da morte – entretanto, não por um viés histórico, mas político, devido a formação acadêmica do autor – e temos também a dissertação da professora Ms. Luciana Estevam (2010) que é justamente sobre o caso Mão Branca em que ela analisa as representações do Mão Branca nos jornais e a violência enquanto ação simbólica atribuídas ao grupo de extermínio por jornais locais. Apesar da tentativa de mapear outras produções tanto sobre o Mão Branca quanto a Ditadura e temas que se relacionam a ambos, não foi possível ter acesso a alguns justamente por não se saber a localização destes arquivos, nem dos autores ou sequer alguém que tivesse uma cópia dos trabalhos, como é o caso da monografia de Luciana Rodrigues Chicó (2004) sobre as lutas da Comissão de Justiça e Paz pela democracia campinense no período da Ditadura.³

As fontes utilizadas nesta pesquisa giram em torno de documentos oficiais como o processo criminal completo, jornais da época (Diário da Borborema e Jornal da Paraíba) os quais analisamos tanto as opiniões expressadas pelo staff de edição dos jornais como também as colunas de opinião pública contendo a voz de vários cidadãos campinenses da época e, por fim, alguns (poucos) relatos orais⁴, atuais, de pessoas que tem suas memórias sobre o período.

Para lê-las, questioná-las e interpretá-las iremos utilizar as lentes teóricas da História Cultural, tendo como nosso principal norteador o historiador francês Roger Chartier com seu arcabouço conceitual para analisar as formas de *apropriação e representação* (CHATIER, 1998) que a sociedade campinense, em suas variadas esferas, interpreta este acontecimento e como eles conseguem resignificar a imagem de assassinos justiceiros que cometem assassinatos como uma representação de segurança para a sociedade local. A partir dessas representações feitas acerca do Mão Branca, também analisaremos a *violência simbólica* – termo do sociólogo francês Pierre Bourdieu - que era passada através das páginas de jornal que tanto inspiravam medo ou estado de “conforto”, para além da violência real e visível aplicada pelo grupo. Com isso, Roland Barthes irá nos auxiliar a analisaremos a maneira que as fotografias representavam certos interesses e intenções de grupos de pessoas com o intuito de afetar certos setores da sociedade campinense, tal quais as várias sensibilidades que estas

³ Tudo que temos é apenas uma referência oriunda desta página de internet, a qual trás consigo informações da formação acadêmica da autora, o título da monografia, orientadora e a banca. Disponível em: <http://www.escavador.com/pessoas/2080591> Acessado em 10/01/2015.

⁴ No decorrer da pesquisa foi constatado que, ainda hoje, muitas pessoas temem se expressar sobre o assunto ainda com receio de sofrerem represálias ou ameaças. Inclusive muitas já me alertaram que eu mesmo corria esse perigo. Todavia, meu trabalho não tem objetivo de julgar ninguém, este papel já foi incumbido à justiça, além do fato de que meu objeto de estudo é mais a população campinense em si do que os justiceiros envolvidos no caso.

despertavam no nas pessoas. Arelada também às formas de representação referentes ao caso, iremos usar conceitos de memória trabalhados pelo pensador francês Paul Ricoeur em seu livro intitulado *A memória, a história, o esquecimento* (2008) para tentar entender como as memórias produzidas nessa época podem ter afetado as pessoas no período do acontecimento⁵ tendo em visto que os conceitos elaborados pelo autor podem lançar luz em alguns aspectos alvos de nosso estudo.

A partir de todos esses pressupostos teóricos e metodológicos iremos partir para os capítulos, que são três e estão organizados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo iremos expor um panorama geral da configuração da cidade de Campina Grande para que se entenda o que se passava na cidade nos diversos âmbitos (político, econômico, social e cultural), tornando assim possível o surgimento de um grupo como este nos anos 80 e o que significava “violência” e “crime” para a sociedade da época.

No segundo capítulo, analisaremos o debate em volta do próprio “Mão Branca” e suas ações na cidade, assim como sobre os membros que integravam aquele grupo e de onde estes sujeitos exerciam seu poder.

Por fim, no terceiro capítulo, serão analisadas as representações em volta do esquadrão da morte recorrendo a diversas fontes para tentar compreender quais as sensibilidades que foram afetadas nesses campinenses dos mais variados setores sociais e como eles também as representaram.

⁵ Já que já existiam memórias sobre um outro Mão Branca que agia na baixada fluminense anos antes, ainda durante a Ditadura.

CAPÍTULO I: A CIDADE EM CHAMAS

Rorscharch: “[...] Esta cidade tem medo de mim porque conheço sua verdadeira face.

As ruas são extensões das sarjetas cheias de sangue. Quando os canos dos esgotos se encherem de sangue todos os vermes morrerão afogados. A sujeira acumulada de sexo e crime envolverá prostitutas e políticos, que voltarão os olhos para cima, implorando... 'salve-nos!'... E eu do alto sussurrarei 'não!'. Tiveram uma escolha. Todos eles. Poderiam ter seguido os passos de homens bons como o meu pai, ou o presidente Truman. Homens decentes que acreditavam em trabalho honesto. [...]”

Alan Moore, Watchmen⁶.

Há muito tempo Campina Grande carregou consigo a alcunha de cidade grande, desenvolvida, moderna e em constante progresso. Pesquisas locais anteriores⁷ nos mostram como a cidade sempre quis se configurar como inovadora e importante (inclusive mais importante que a própria capital em muitos momentos) e que sempre estava ao ritmo das grandes metrópoles nacionais (tal qual o Rio de Janeiro, São Paulo ou Recife) e internacionais (como uma Paris e Londres, por exemplo).

Durante a Ditadura Militar não foi diferente, principalmente se levarmos em conta o ufanismo pregado nesse período, em que a “glória do progresso” do Brasil (e de seus estados e cidades) era sempre proclamada e propagada principalmente através dos meios de comunicação, como jornais impressos⁸, TV e rádio como demonstra Carlos Fico (1997) apresentando todo um vocabulário comum a este período que permitia às propagandas

⁶ MOORE, Alan. **Watchmen Vol.1**. São Paulo: Abril, 1988, p.01.

⁷ Cf. ARANHA, Gervácio Batista. **Modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político econômicas e práticas culturais (1880 – 1925)**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2001. CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930 – 1950)**. Tese de doutorado. João Pessoa: UFPB, 2007. SOUSA, Fábio Gutenberg R.B. de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920 – 1945)**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2001. SOUZA, Antônio Clarindo B. de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002. CAVALCANTI, Silêde Leila O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas**. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000.

⁸ Como retrata a página do caderno especial do Jornal da Paraíba, no mesmo ano em que o Mão Branca agiu (1980), com várias fotografias da cidade na página dando expressiva ênfase na arquitetura moderna, na cidade bonita, urbanizada e GRANDE; além disso, os dizeres “Campina Grande – agora e sempre – símbolo do desenvolvimento.” Cf. **Campina Grande, agora e sempre, símbolo do desenvolvimento**. Jornal da Paraíba. Campina Grande, 11/10/1980, p.1 do 3º caderno.

inculcarem na sociedade (ou tentarem apelativamente) um otimismo com palavras como “transformação”, “construção”, “futuro”, “amor”, “união”, “solidariedade”, “trabalho”, “esperança”, “determinação” e “patriotismo”. Muitas dessas palavras compunham várias das propagandas, fossem elas de circulação nacional, estadual ou municipal, via rádio, jornal e TV. Em Campina, assim como nos demais lugares, isso também ocorreu, somando-se a um espírito de superioridade ainda mais antigo que imperava na cidade de Campina Grande e que parecia criar um destino para si que aspirasse sempre a um triunfo predeterminado.



Figura 1: Campina Grande, agora e sempre, símbolo do desenvolvimento. Jornal da Paraíba. Campina Grande, 11/10/1980, p.1 do 3º caderno.

Desde 1930, após Vargas subir à presidência, Campina Grande foi deixando de ser o polo agro exportador do algodão e cedendo lugar à crescente industrialização incentivada durante o governo de Getúlio Vargas. Nesse percurso a cidade passa também por uma reforma urbana e arquitetônica significativa e tanto quanto polêmica, na década de 40, sob os

mandatos do prefeito Vergniaud Wanderley em seu “bota abaixo”, destruindo velhas construções e casebres para dar lugar ao moderníssimo e refinado estilo *art décor* inspirado nas grandes cidades Brasil afora (SOUSA, 2001). Nesta mesma época a cidade também passa a receber mais abastecimento de água (tendo culminado em 1958 em um sistema de abastecimento oriundo de Boqueirão) e dá-se início ao calçamento de várias ruas e avenidas, urbanizando-se cada vez mais a cidade. Entretanto, uma parcela menos favorecida dos habitantes da cidade foram desapropriados de suas casas no centro, recebendo apenas uma indenização para que procurassem casa em outro lugar. Muitas destas pessoas acabaram indo para os subúrbios e se amontoando em pequenas vilas de moradores com pequenas casas, em um lugar que não afetasse a beleza dessa urbe moderna e desenvolvida.

Na década de 50 a CHESF se instala na cidade melhorando o sistema de distribuição de energia elétrica ainda deficitária na cidade – implantada inicialmente em 1920. Com isso muitas das grandes indústrias do Sudeste passaram a ter mais interesse na cidade já que agora esta lhe dava maior suporte já que estas necessitavam de um sistema de distribuição elétrica eficiente e capaz de fornecer energia para todo o maquinário; em decorrência desse desenvolvimento industrial na cidade, muitas pessoas passaram a migrar para Campina Grande em busca de empregos fabris. Em 1949 já havia sido fundada a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) para dar suporte a esse crescimento industrial e, posteriormente, agir em conjunto com a SUDENE – que chega em 1959 ao Nordeste, mas apenas em dezembro de 1960 à Paraíba – com projetos de incentivo fiscais que serviram de atrativo a investimentos vindos do Sudeste do país. Como afirma o historiador Luciano Bezerra Agra Filho (2011) o crescimento era tamanho que, em 1959, Campina Grande tinha 111 estabelecimentos industriais, enquanto João Pessoa tinha 93 estabelecimentos. Durante esse período empresas como a Wallig (eletrodomésticos), a Azaleia (calçados), BESA (idem), PARC (idem), FIBRASA (sisal), entre outras, se destacaram. O cidadão campinense é cada vez mais exaltado como um povo trabalhador, honesto, obreiro, criativo e disposto, sempre colocados em categorias elevadas⁹. Consequentemente temos um crescimento da população campinense que tornava-se cada vez mais urbana e atraía migrantes de cidades e Estados próximos. Todavia, pouco se investia em melhorias na qualidade de vida da população carente da cidade (COSTA, 2013, p.54)

⁹ Como se pode constar nas diversas felicitações e elogiosa de empresas privadas no caderno especial do Jornal da Paraíba comemorando o aniversário de Campina Grande no dia 11 de outubro de 1980.

Entretanto, os investimentos provenientes da SUDENE para que ocorresse tal melhoria não foram suficientes e com o passar dos anos as empresas – principalmente as pequenas e médias – foram entrando em crise econômica. Na transição da década de 1960 para a de 1970 algumas empresas fecham definitivamente suas portas em Campina Grande devido ao fator mencionado; maior parte dos investimentos foram todos destinados à Bahia e a Pernambuco. Somado a isso os migrantes continuavam a adentrar a cidade ao passo em que a indústria não tinha capacidade para abarcar toda essa potencial força de trabalho – principalmente se lembrarmos de que ela estava em decadência. Muitos acabaram ficando desempregados com o fechamento dessas indústrias ou que chegaram a Campina e não conseguiram emprego, restando-lhes trabalhos informais e como alternativa de moradia, os barracos em favelas da periferia e cortiços e becos em bairros como Liberdade e José Pinheiro. O geógrafo Leonardo Barboza da Costa (2013) nos traz uma tabela que ilustra numericamente como se encontrava a cidade em termos de densidade demográfica, demonstrando que da década de 1960 até a 1980 há um grande aumento na população urbana em que em 1960 a cidade possuía 126.274 habitantes e em 1980 houve um salto para 228.182, quase dobrando sua densidade urbana devido às chamativas oportunidades que surgiam com a vinda destas empresas (COSTA, 2013, p.57-58).

Mas essa crise pouco era falada ou propalada publicamente. O que a elite letrada constantemente fazia questão de mostrar era que tudo corria bem. A cidade apenas crescia, melhorava e não só em aspectos econômicos. Campina também era conhecida por ser polo de cultura, de grandes figuras intelectuais, de poetas e repentistas; cidade do famoso FENAT (posteriormente transformado no “Festival de Inverno”) que era um show de atrações culturais com danças regionais, bandas locais e encenações teatrais; por sinal, o Teatro Municipal Severino Cabral era outro grande prodígio campinense que após a sua fundação em 1963 acabou sediando várias peças (de trágicas a humorísticas), concertos musicais e apresentações de dança; era uma cidade também repleta de cinemas (Cine São José, Babilônia e Capitólio) com os maiores sucessos cinematográficos nacionais e internacionais, exibindo-se de pornô-chanchada a filmes de Hollywood; além disso, as festas do período de São João, que faziam a cidade ferver em festa, com os inconfundíveis sons da zabumba, do triângulo e da sanfona, das quadrilhas, das comidas caseiras de milho, das fogueiras e fogos de artifício¹⁰; do dito popular ao erudito, Campina Grande também era terra de ciência e educação,

¹⁰ Para tanto, em 1986, durante a administração do prefeito Ronaldo Cunha Lima, foi inaugurado o Parque do Povo para comportar e sediar a festa.

principalmente após 1966 com a fundação da FURNe (Fundação Universitária Regional do Nordeste). A famosa “Rainha da Borborema” (outro título de grandeza) aparentemente respirava cultura e os jornais locais sempre publicavam em suas páginas as principais atrações culturais dos mais diversos tipos que iriam ocorrer na cidade como podemos ver na imagem a seguir:



Figura 2: Os grandes eventos culturais de Campina Grande. "Jornal da Paraíba". Campina Grande, p.08. Dia 11 de outubro de 1980.

Outra marcante imagem de Campina Grande, talvez até em recorrência à tamanha potência cultural, é a de cidade politizada, de debates políticos que se intensificam de vez a partir de 1979 – quando o General João Batista Figueiredo assume a presidência –, quando torna possível novamente o pluripartidarismo. A partir de então os políticos que antes se viam divididos em ARENA e MDB, filiam-se e ajudam a fundar na Paraíba vários novos partidos e inclusive Campina torna-se centro de discussão em alguns momentos. Para ilustrar isso, há em 1980 a vinda de Luíz Inácio Lula da Silva no dia 10 de Agosto à Campina Grande para divulgar o recém criado Partido dos Trabalhadores, além da indignação à opressão ainda existente e velada pela Ditadura¹¹. No período de ação do Mão Branca, Campina Grande

¹¹ Como foi o caso das bancas de jornal que explodiam por todo o Brasil (inclusive em Campina Grande neste mesmo ano) de forma “misteriosa” e que sempre eram alertadas (lê-se ameaçadas) de serem explodidas por venderem jornais e revistas “subversivas”. O próprio Lula atribui estes crimes à “turma do Figueiredo” em

estava sob a administração do Bacharel em Direito (formado inclusive na URNe), Enivaldo Ribeiro e o professor Tarcísio Burity era governador do Estado da Paraíba.

Com a instalação do regime militar em 1964, gradualmente seus efeitos foram se tornando visíveis após o primeiro Ato Institucional. Entretanto, não devemos incorrer no erro de pensar que a ditadura foi imposta pelo poder armado de forma abrupta e repentina em todo o território nacional. O regime se instalou por meio de ações que paulatinamente desarticularam o regime democrático nacional. Nesse sentido, devemos resaltar a importância que os chamados Atos Institucionais (AI's) tiveram para que os militares reconfigurassem a vida política brasileira. Sendo assim, nos anos iniciais não tiveram a mesma proporção de violência, opressão e censura que houvera na década de 1970 (conhecida como “anos de chumbo”), por exemplo. Na Paraíba, este período se focou principalmente em desarticular os movimentos políticos da esquerda que já começavam a se engajar no início dos anos 1960 – processo este que em casos como o de Mari acabou ocorrendo de forma violenta e assassina (NUNES, 2014, p.86-87), mas, especialmente, em Campina Grande o processo acabou por ser mais brando, tendo em vista que os movimentos ligados à esquerda estavam mais articulados e agiam mais no meio rural. No âmbito universitário, por exemplo, (no ano do golpe) as faculdades locais estavam mais preocupadas com a garantia de seu funcionamento do que com acontecimentos políticos nacionais, buscando mais apoiar a política vigente em prol de melhoramentos estruturais e uma edificação dos cursos superiores da cidade (RAMOS, 2014, p.144).

Primeiramente tivemos a deposição do prefeito Newton Vieira Rique em junho de 1964 por ser acusado de coadunar com os ideais comunistas. Isto se deu através dos Atos Institucionais que colocaram todos os partidos políticos do país na ilegalidade e reconheceu a existência de apenas dois partidos novos: o MDB (oposição ao governo militar) e o ARENA (situação). Além disso, esses atos exigiram que os governadores e prefeitos de algumas cidades fossem eleitos de forma indireta e convocou o Congresso Nacional para a aprovação de outra constituição. Ou seja, os primeiros efeitos das medidas constitucionais dos militares se deram principalmente em âmbitos políticos no seu início, se agravando e tomando proporções de maiores esferas (sociais, principalmente) após o decreto do quinto Ato

entrevista ao Diário da Borborema. Matéria disponível em: **"Lula atribui 'a turma do Figueiredo' os atentados a bancas de revistas."** Jornal "Diário da Borborema". Campina Grande. p.04, dia 12 de Agosto de 1980.

Institucional¹² (o conhecido “AI-5”) em 1968. A partir disso a violência começa a se tornar cada vez mais visível e opressora. Daí em diante os militares (e aí podemos incluir a corporação policial militar e civil) obtinha passe livre para interferir em tudo aquilo que fosse considerado ameaçador ao “bem estar do cidadão brasileiro”. Tudo isso sem deixar de ressaltar e glorificar a “revolução” como algo salvador e purificar para a pátria e que seriam os militares os grandes responsáveis pelo verdadeiro “progresso” que iria se seguir após 1964, assim como ressaltar todos aqueles valores ufanistas – vistos anteriormente – e de patriotismo elevado.

Após traçar este panorama geral, passamos a nos questionar: será que todos esses enaltecimentos da mídia e essas odes às qualidades e feitos da cidade eram visíveis e vividos por todos os campinenses de forma geral? Utilizando-se dos conceitos de Severino Cabral Filho (2007), será que enquanto para uns Campina Grande vivia sob *bênçãos*, para outros não se vivia o *flagelo*?

Como já vinha sendo analisado anteriormente, a década de 1970 vai sendo marcada pelo fechamento de várias indústrias na cidade, do aumento de desemprego somado ainda à constante migração que não cessava e que, por consequência, ia amontoando pessoas desempregadas ou trabalhando em empregos informais com baixa remuneração, sendo obrigados a procurarem as periferias em busca de abrigo – dando assim, início a um processo de favelização crescente na cidade. Muitas dessas pessoas não tinham acesso à boa parte dessa propalada cultura citada anteriormente, salvo as festividades juninas que cada um organizava da maneira que lhe fosse possível – com vizinhos, nas quermesses das igrejas, familiares ou amigos – ou iam para festas de SABs, que possuíam entradas de custo baixo (quando não eram gratuitas). Entretanto quanto ao acesso à universidade, ao teatro, à televisão, leitura, entre outras coisas, essas pessoas remotamente tinham acesso.

Poucos deles também foram os que se interaram nos debates políticos, salvo aqueles que se integraram aos movimentos sindicais que ressurgiam e eram estimulados, inclusive por partidos como o PT, citado anteriormente. No mais, boa parte desse setor marginalizado da sociedade campinense vivia a par das grandes discussões políticas, das esfera da “alta cultura campinense” e sentiam na pele as marcas da exclusão, da economia industrial em declínio, do

¹² No artigo 5º na seção III: “proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política.”

desemprego, das más condições de vida e habitat. A historiadora Luciana Estevam (2010, p.31) destaca:

A Campina Grande de 1980, de acordo com os jornais desse período, não parava de crescer, uma cidade que ao mesmo tempo em que mostrava seu “glamour”, escondia seu lado sombrio desse desenvolvimento, o aumento da violência, fato nada incomum para as cidades de maneira planejada ou não. [...] a “Rainha da Borborema” em poucos momentos de sua história vivenciou assombrosos índices de violência, dando ênfase ao período em que atuou o grupo “Mão Branca”.

A partir deste trecho torna-se perceptível a forma que Campina Grande acabou descambando para a violência e o crime de forma contrastante com o período anterior, passando a imperar sobre a cidade e os habitantes um clima de medo e terror que vai crescendo cada vez mais.

Não houve através do estado uma preparação para esse quadro de crise e os governos não previram os futuros males que iriam acabar afetando a cidade em vias de segurança pública com tanto desemprego e um fluxo de pessoas tão grande chegando a Campina Grande. A partir de então, observaremos como andava o quadro de violência que havia se instaurado na “Rainha da Borborema”, a partir de matérias veiculadas em um dos principais jornais locais da época cerca de um ano antes de explodir o “caso Mão Branca”.

No Jornal da Paraíba que – ao lado do Diário da Borborema – era um dos principais veículos de informação da sociedade campinense pudemos encontrar, entre as páginas do “caderno policial”, uma série de notícias sobre o constante abuso de bandidos na cidade. A cidade se via em choque e amedrontada com a quantidade de criminosos em ação e a polícia aparentemente não conseguia dar conta de tantos casos e realizar tantas apreensões e investigações.

Arrombadores saqueavam em pleno centro da cidade sem ao menos se sentirem intimidados pela presença de pessoas por perto, como é relatado no dia 3 de Agosto de 1979 no Jornal da Paraíba¹³.

Outra preocupação emitida pela imprensa passa a ser também o caso das dezenas de “pivetes” ou “delinquentes mirins” das favelas e sítios que, segundo matéria do dia 1 de Julho de 1979, vivem importunando a população pelas ruas pedindo dinheiro constantemente, furtando bolsas, roubando tecidos de lojas, entre outros crimes que acabam passando

¹³ **Famílias assistem ladrão arrombando oficina em pleno centro da cidade.** “Jornal da Paraíba”. Campina Grande, p.07, dia 03 de Agosto de 1979.

despercebidos pelos poderes públicos em que “o menor abandonado precisa mais do que nunca ser olhado com mais responsabilidade.”¹⁴

Nem mesmo os finais de semana, reservados ao descanso e ao lazer de muitos, estavam livres do crime e da violência¹⁵. Não importava em qual dia ou situação, os roubos, os arrombamentos e furtos em Campina Grande aparentavam não ter fim. A elite devia sentir-se a principal ameaçada por ter seus bens de alto valor em jogo: seus carros, suas joias, fortunas e casas. O caso já estava se tornado uma alarmante calamidade como a imagem a seguir sugere:



Carros furtados, arrombamentos e roubos durante o final de semana

Figura 3: Carros furtados, arrombamentos e roubos durante o final de semana. "Jornal da Paraíba". Campina Grande, p.07, dia 19 de junho de 1979.

Na mesma página encontramos outra matéria denunciativa intitulada “Continua aumentando o furto de carros em Campina Grande” que fala que o número de casos de furtos de veículos na cidade não param de subir, tendo noites em que foram registrados quatro furtos e que por mais que a polícia declarasse estar fazendo as rondas e tentando apreender estes “puxadores” – como eram conhecidos na época – pouco estava servindo, dado o “porte de uma cidade como Campina Grande” que já havia crescido muito e contava com um baixo efetivo policial (tanto militar como civil) para poder dar conta de tantos casos criminosos.

Na edição do dia 01 de Setembro de 1979 vimos outra denúncia referente à indignação popular devido à extinção da guarda noturna¹⁶, que além de mostrar o quão desgostosa a população campinense ficou com esta decisão, o jornal chama atenção mais uma vez às “reconhecidas parcas condições” da polícia local que agora, mais do que nunca, não terá condições de dar conta da segurança noturna enquanto o povo tem suas casas furtadas e saqueadas durante o sono, que até então era velado pelos guardas noturnos.

¹⁴ **Problemas: do menor é dos mais graves.** “Jornal da Paraíba”. Campina Grande, p.07, dia 01 de Julho de 1979.

¹⁵ **Carros furtados, arrombamentos e roubos durante o final de semana.** “Jornal da Paraíba”. Campina Grande, p.07, dia 19 de junho de 1979.

¹⁶ **População protesta: extinção da guarda noturna deixará marginais completamente à vontade.** “Jornal da Paraíba”. Campina Grande, p.07. Dia 01 de Setembro de 1979.

Estes são apenas alguns exemplos de crimes que andavam acontecendo na cidade e que andavam mexendo com as sensibilidades da população campinense (e principalmente daqueles setores mais economicamente ricos), os causando desconforto e insegurança perante as “hordas” de ladrões que invadiam a cidade. Aconteciam também constantes assaltos à feira central, somavam-se a esses, casos de “pivetes ladrões”, de arrombamentos, de constantes roubos de carros, sem falar nos constantes casos de violência entre pessoas que matavam umas as outras por motivos banais, por influência do álcool em bares, discussões de mero cunho opinativo que envolvesse política ou futebol e até casos de família que terminavam em morte com frequência. Várias eram as matérias que enfatizavam que a cidade estava se tornando cada vez mais perigosa até chegar o ponto da própria população viver sob tensão constante¹⁷, nesse cenário de violência. O próprio governador Tarcísio Burity faz apelo ao Ministério da Justiça – representado pela figura do Sr. Petrônio Portela – por ajuda para combater essa onda de “violência nunca vista na Paraíba¹⁸”, pois o mesmo já não sabia mais o que fazer e sequer possuía recursos materiais e humanos suficientes para dar conta dessa maré de crimes, como mostra a imagem a seguir:

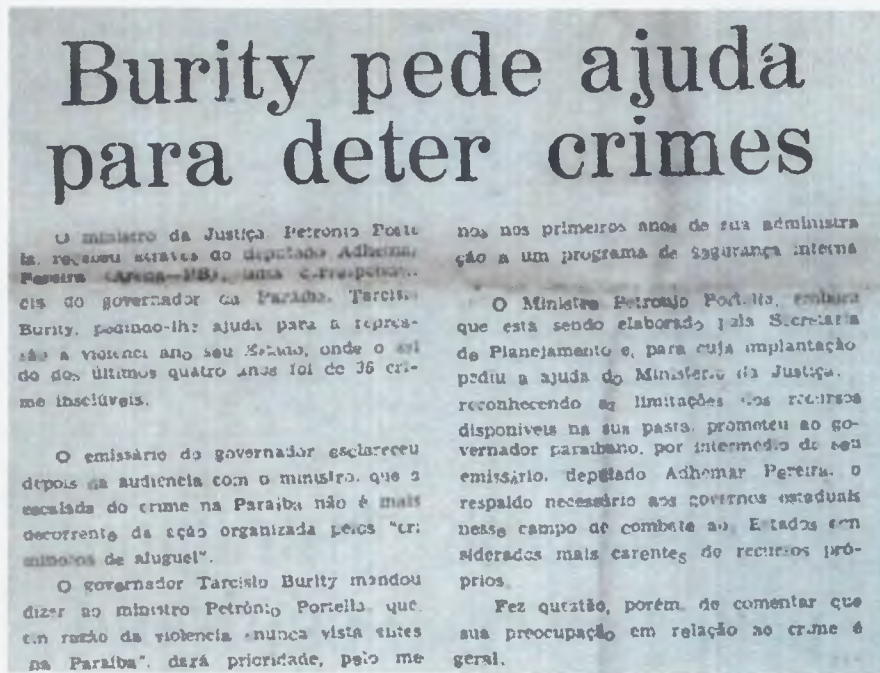


Figura 4: Burity pede ajuda para deter crimes. "Jornal da Paraíba", Campina Grande, p.07. Dia 05 de Abril de 1979.

¹⁷ Assaltantes deixam a cidade sob tensão. "Jornal da Paraíba". Campina Grande, p.07. Dia 20 de Setembro de 1979.

¹⁸ O que nos leva a concluir que essa onda de violência não só atingiu pontualmente Campina Grande, mas assolava todo o estado paraibano, embora tenha se acentuado mais nas duas maiores cidade (João Pessoa e Campina Grande) do que nas demais.

Os relatos de um campinense e repórter policial da época, Ronaldo Leite, em seu livro sobre o caso Mão Branca, traz um panorama de como estava a situação da instituição policial na cidade e como Campina Grande estava em termos de criminalidade. O jornalista acredita que algo que em parte era motivo para o crescente aumento da quantidade de bandidos na cidade relacionava-se à migração também dos próprios bandidos (LEITE, 1997, p. 17-18). No final da década de 1970, vários esquadrões da morte passam a agir na parte sul do país e, segundo Ronaldo Leite (IDEM), a partir disso muitos nordestinos criminosos que lá teriam ido tentar a sorte, acabaram voltando fugidos dos justiceiros e passando assim a agir novamente aqui em suas terras natais.

Sendo assim, com uma população criminosa crescendo fora de controle, nos deparamos com uma polícia extremamente debilitada, com um baixo efetivo de policiais – algo que não só afetava Campina Grande, mas o Estado inteiro¹⁹ – em toda a Paraíba a estimativa era de 1 policial apenas para cada 1000 habitantes²⁰, além de apenas quatro delegados para dar conta de todos os casos da cidade, a falta de equipamentos e estrutura necessários para um trabalho mais eficaz (como viaturas, armas, cursos preparatórios periódicos, entre outras coisas) era visível. A polícia se encontrava desaparelhada, segundo LEITE (1997, p.13):

“O primeiro manifesto do Delegado de Homicídios Dr. Ludgério solicitando várias medidas junto à Secretaria de Segurança do Estado, entre estas: contratação de pessoal qualificado e aquisição de material técnico para que o policiamento campinense pudesse atingir melhor nível de combate.”

Neste caso, o que ocorre é uma falha que vem, seja da polícia, do ministério público, do sistema Judiciário ou do sistema penitenciário – ou seja, uma falha das instituições coercivas – que acaba por gerar brechas para a ação de grupos que fazem justiça com as próprias mãos para, segundo eles mesmos, fazerem o que o Estado não fez. Ou seja, surge um vazio constitucional em que as instituições responsáveis são ausentes e/ou ineficazes; com isso há uma baixa da credibilidade perante a sociedade, dando espaço para a formação de

¹⁹ Cf. **Aumenta crise na Polícia do estado da Paraíba**. “Jornal da Paraíba”. Campina Grande, p.07. Dia 19 de Junho de 1979.

²⁰ Sabemos que hoje em dia esse modo de avaliação é ultrapassada. O suposto efetivo de policiais para habitantes deveria ser de 1 para 250 segundo essa teoria, todavia há fatores diversos que põem em cheque esse método quantitativo de diagnóstico, pois ele pode ser variável dependendo do nível de preparo profissional dos policiais, dos equipamentos, viaturas e da própria configuração da cidade, estado e país em caso.

novas instituições informais que agem por conta própria e, neste caso estudado, possuem júri próprio, motivações e penas próprias que não estão em par de igualdade com o modelo institucional (NÓBREGA JR., 2012, p.106)

E assim as portas da cidade são abertas para o surgimento do esquadrão da morte que irá provocar um turbilhão de sentimentos e irá mexer com toda a sensibilidade do povo campinense através de seus atos como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: A CIDADE EM SANGUE

Rorschach: "Porque há os bons e os maus, e os maus devem ser punidos. Mesmo em face do armagedon, não farei concessões."

Alan Moore, Watchmen.²¹

É uma quarta-feira, dia 22 de Agosto de 1979, o Jornal da Paraíba²² anunciava o retorno de Antônio Gonçalves da Costa, mais conhecido como "Temporal", volta de Feira de Santana (BA) à cidade de Campina Grande, onde irá compor mais uma vez o efetivo do debilitado corpo da policial civil da cidade, exercendo poucos dias depois, sua atividade como investigador.

Pouco tempo antes volta a Campina Grande também o então investigador Carlos José de Queiroz, conhecido como "Cacau" vindo do estado do Rio de Janeiro, onde um suposto e temido grupo de justiceiros intitulado "Mão Branca" andava matando criminosos aos montes na região da Baixada Fluminense.

O que ninguém esperava era que "Cacau" e "Temporal" iriam se encontrar com outros três colegas de trabalho e juntos teriam uma ideia nefasta: a criação de um grupo de justiceiros chamado "Mão Branca".

A semente estava plantada.

1.0 – Mapeando os justiceiros.

Os grupos de extermínio em suas origens, ao que pode parecer, não surgem apenas no período de Ditadura Militar (1964 – 1985). Suas aparições e ações na história do Brasil possuem longa data – que permeiam desde a Colônia à República sob diferentes formas (SILVA, 2004, p.10). O Mão Branca foi uma das marcantes manifestações desse fenômeno, que é o justicamento privado²³ no Brasil (e por que não dizer no mundo?).

²¹ MOORE, Alan. **Watchmen Vol.1**. São Paulo: Abril, 1988, p.24.

²² "Temporal". "Jornal da Paraíba". Campina Grande, p.07. Dia 22 de Agosto de 1979.

²³ O justicamento consiste no ato ou efeito de justicar que segue fora das normas do processo legal, dada através de um "pré-juízo" formado desde antes de haver uma acusação formal.

O caso específico do Mão Branca, trata-se de um fenômeno de grandes proporções que se deu em vários Estados do Brasil, embora tenha existido em lugares do continente americano com diferentes facetas e *modus operandi*. Como exemplo temos a “Gangue Mão Branca” que agia principalmente em Manhattan, Estados Unidos e composta por irlandeses. O grupo agiu entre 1905 e 1920, aproximadamente, em um cenário de disputa de contrabando em que o grupo de extermínio matava todos aqueles que fossem dedos-duros ou traidores, além de fazerem extorsões.²⁴

Outro lugar que também contou com a possível presença de um grupo de mesmo nome foi El Salvador que, segundo afirma o jornal Estado de São Paulo, estava sendo formado um exército Anticomunista formado por vários grupos, em que um deles seria o “Mano Blanca” que tinha como finalidade caçar todos os comunistas presentes numa “lista negra” e eliminá-los.²⁵

No caso brasileiro, o Mão Branca surge na baixada Fluminense (RJ) e aparentemente se expande para outros lugares como São Paulo, Brasília, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte entre outros Estados, durante o período da Ditadura Militar, em um cenário de muita violência e opressão em que temos não apenas o Mão Branca, mas também vários outros esquadrões como o “Mão Negra”, “Scuderie Le Cocq”, “Rosa Vermelha”, “Lírio Branco”, “Cravo Vermelho”, “Homens de Ouro” entre outros que se localizavam principalmente nas regiões Sul e Sudeste, agindo principalmente em Estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro²⁶.

Há algumas características comuns que dão perfil a quase todos estes grupos de justiceiros do período da Ditadura Militar brasileira: a motivação que os leva a cometer os assassinatos e seus alvos. Para eles, o que serviu de justificativa para os assassinatos cometidos está atrelado à “falha” do Estado – como analisado anteriormente – em promover segurança pública devida e efetiva e a violência deveria ser um problema sanado, senão pelo Estado, por eles mesmos, para eliminar seus alvos – “a corja da sociedade”, os ladrões,

²⁴ Para mais informações sobre o Mão Branca estadunidense, ver o site deste escritor norte americano Eamon Loingsigh que se dedica a estudar e escrever sobre o caso: <http://artofneed.wordpress.com/2013/07/10/the-white-hand-gang/>

²⁵ Criado em El Salvador “exercito anti-comunista”. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, p.06, 23 de Maio de 1980.

²⁶ Sobre mais esquadrões da morte do Rio e São Paulo e detalhes sobre os mesmos, ver o texto da Prof^a. Dr.^a Márcia Regina da Costa : “São Paulo e Rio de Janeiro: A Constituição do Esquadrão da Morte.” em: <http://www.omartelo.com/omartelo23/materia2.html>.

arrombadores, traficantes e quaisquer outros que ameacem o bem estar e segurança da sociedade.

Quanto a isso José Fernandes Siqueira da Silva (SILVA, 2004, p.69) nos revela traços caracterizadores dos atos violentos praticados pelos justiceiros em seu estudo, no qual afirma

A quantidade de tiros que uma mesma vítima recebe é grande, frequentemente direcionado aos pontos estratégicos do corpo, ou seja, cabeça nuca e peito. Aliás, atirar em lugares específicos do corpo pode significar algo mais. Estupradores normalmente são dilacerados por todo o corpo (inclusive nas genitálias); os delatores são frequentemente atingidos na boca; aqueles que presenciaram algum crime e prejudicam, de alguma forma, os matadores, são feridos nos olhos. Isso, no entanto, não é uma regra. O que interessa é eliminar o infrator e, se necessário, fazê-lo sofrer. Exacerbar o ato significa, em última instância punir o criminoso com mais força e de maneira exemplar. A ironia e o sadismo combinam-se, reproduzindo situações que revelam uma técnica extremamente apurada de extermínio.

Com os justiceiros paraibanos não foi diferente. Como é possível constatar no processo criminal do caso Mão Branca, há registros dessa violência²⁷ através de documentos como habeas corpus, fotografias e recortes de páginas de jornais em ficam explícitos os métodos adotados pelos carrascos como assassinatos com vários tiros²⁸ de espingarda .12, por exemplo (LEITE, 1997, p.60).

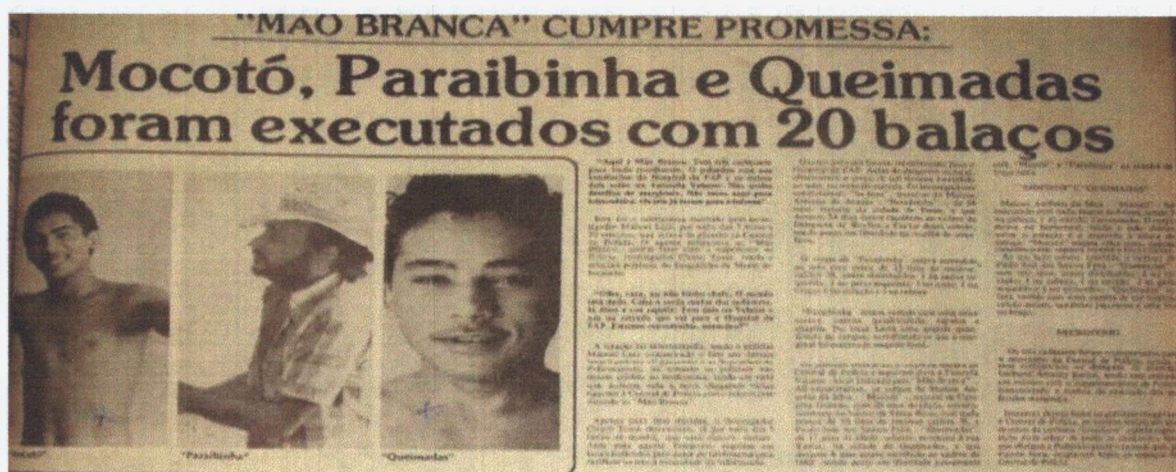


Figura 5: Na descrição temos os detalhes dos assassinatos como a quantidade exagerada de tiros deflagrados contra as vítimas e os lugares atingidos (principalmente cabeça, ouvido e coração) em **"Mão Branca" cumpre**

²⁷ Para isso utilizamos o Processo Criminal do caso Mão Branca totalmente digitalizado e que pode encontrado no original impresso no Fórum Afonso Campos em Campina Grande – 2ª Vara Tribunal do Júri datado de 1980.

²⁸ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. "Mão Branca" cumpre promessa: Mocotó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaios. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. p.05. Quinta-feira, 17 de Abril de 1980.

promessa: Mocotó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaços. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande, p.05. Dia 17 de Abril de 1980.

Falar de bandidos nesse período da história brasileira é lembrar que havia uma gritante diferença para as concepções atuais de “banditagem”, onde ser comunista (assumido ou não), ser usuário de maconha ou simplesmente ficar na rua tarde da noite ou pela madrugada e sem portar documentos de identificação já tornava quem quer que fosse um bandido em potencial, ou seja, as concepções para criminosos, culpados e merecedores de julgamento no “veredito supremo” dos esquadrões da morte são bem mais ampliados e devem ser cuidadosamente analisados no tocante da taxação de “bandido”, “criminoso”, “meliante” e entre outros termos. Para isso devemos atentar que a concepção de bandido nem sempre está atrelada a uma certa visão cristalizada que habita o senso comum, mas que como Eric Hobsbawm afirma o banditismo pode caracterizar-se por sua ordem simultaneamente “econômica, social e política, ao desafiar os que têm ou aspiram o poder a lei e o controle de recursos” (HOBSBAWM, 2010, p.21). O autor frisa ainda que “os bandidos, por definição, resistem a obedecer, estão fora do alcance do poder, são eles próprios possíveis detentores do poder e, portanto, rebeldes em potencial” (HOBSBAWM, 2010, p.26). Portanto qualquer um que fosse contra os princípios da Ditadura poderia ser facilmente enquadrado nesse categórico termo de “bandido” e sofrer as devidas consequências.

Para, além destes casos, o Mão Branca foi tema também de obras literárias que ficcionalizam histórias de justiceiros que carregam este codinome e dão cabo da vida de vários criminosos, seja com violência e brutalidade (como era narrado pelos jornais da época) ou com mais sutileza e discrição, e que é interessante notar que o contexto está menos relacionado com a violência atribuída à ditadura militar do que com um mero reflexo de uma violência urbana que se descontrolava naqueles tempos – em que a Ditadura não causou nenhum aparente impacto ou influência. Sendo assim, podemos citar duas obras literárias que tratam do carrasco em lugares diferentes e com *modus operandi* diferente.

Primeiramente temos o “Mão Branca” descrito por José Louzeiro (1997) em “Mito em chamas: a lenda do justiceiro Mão Branca” que revela uma face do sensacionalismo da imprensa fluminense entre a década de 1970 e 1980 trazendo constantemente a tona a figura desse personagem aparentemente fictício, mas que na verdade existia e tomava forma em mais de um assassino que agia pelos bairros do RJ, entre histórias criadas pela mídia e casos ocultos que ocorriam sob o nariz desta. A outra obra, escrita pelo historiador, escritor e colega brasiliense Giovani Iemini (2009), relata casos aleatórios de um “Mão Branca” aparentemente

muito mais jovem e que adora andar na sua moto e que gosta de ficar sob o efeito de maconha e álcool quando possível. As tramas de Iemini aparentam ser bem mais intimistas, aprofundando-se mais no personagem principal (que é ao mesmo tempo o narrador das histórias) com reflexões e análises de seu entorno. Além disso, o Mão Branca do autor brasileiro em alguns momentos prefere matar com sutileza e estilo e em outros momentos de forma brutal e sanguinolenta. Tudo dependendo da ocasião e friamente calculado.

Quiçá, não apenas na literatura o Mão Branca foi mitificado e transformado em ficção. Já na época havia jornalistas que acusavam o caso de uma mera invenção da imprensa carioca e paulista para venderem jornais e ganharem dinheiro fácil^{29 30}. É nesse intento que o LAMI (Laboratório de Mídia e Identidade)³¹, coordenado pelos professores Ana Lucia Enne e Marildo Nercolini, têm feito uma série de entrevistas com jornalistas cariocas da época (principalmente repórteres policiais) em que quase todos estes, quando questionados sobre a existência dos justiceiros, defendem que nunca existiu Mão Branca algum e que aquilo não passava uma invenção do jornal “Última Hora” para vender mais exemplares.

Entretanto, é importante lembrarmos que por mais que estes estudos tragam novas leituras sobre esse fenômeno e como ele se deu mais incisivamente no eixo Rio - São Paulo, o caso campinense não se configura como mera ficção literária ou jornalística. Os acusados foram investigados, julgados e sentenciados mediante provas legais e sob respaldo jurídico.

Antes de vir para Campina Grande através do investigador “Cacau”, o personagem Mão Branca começou a atuar na baixada fluminense durante boa parte da década de 1970³² e é motivo para a causa de muita controvérsia entre vários órgãos públicos e demonstração de reprovação às ações dos justiceiros através da imprensa, como é retratado no depoimento do Ministro de Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que revela seu repúdio ao esquadrão da morte em questão³³. Por outro lado, se havia aqueles que repudiavam os atos dos “bem feitos”, havia

²⁹ **Bruno, o tímido assassino da princesa.** Jornal O Estadão de São Paulo. São Paulo, 2º caderno, p.08. Dia 09 de Setembro de 1997.

³⁰ Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; p. 77. Ano de 1980.

O processo nos traz um recorte da ISTOË com um texto intitulado “Por que este personagem ganhou vida: a real história do ‘Mão Branca’, criminoso da Baixada Fluminense”. Texto de Percival de Sousa, publicado em 19/03/1980.

³¹ Para mais informações sobre o laboratório e para acompanhar as últimas notícias e produções (algumas disponíveis), conferir: <http://anaenne.wix.com/lami> Acessado em 11/01/2015.

³² Há relatos de que eles já, possivelmente, atuavam na segunda metade da década de 1960.

³³ **Ackel reafirma combate.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, p.23. Dia 13 de Março de 1980.

também os que compactuavam com seus feitos, como é o caso do “homem de ouro” da polícia carioca, Mariel Mariscot, que além de achar válida a atitude do esquadrão, apoiava também a pena de morte no país para “sujeitos delinquentes”³⁴.

Neste ínterim somos apresentados a um contexto de profunda desigualdade social e levando em conta também uma grande carga de uma tradição pretérita da instituição policial no Brasil, não é de se estranhar que ela tenha servido (e ainda sirva) em grande medida de braço armado para os setores mais abastados e privilegiados da sociedade, trabalhando muitas vezes mais como fator gerador de violência do que de controle e prevenção (BICUDO, 1988, p.6). No Brasil, com a instauração de uma política da violência postulada pelos militares, houve brecha para o surgimento desses grupos ligados às corporações policiais (civis ou militares) para levarem os “refugos humanos” a seus próprios tribunais de julgamento banhados a sangue e muita bala. Como bem observa José Fernando Siqueira da Silva, este fenômeno foi típico da “formação do Estado autoritário de direita, organização esta comum em toda a América Latina entre os anos de 60 e 80 do século XX. É nesse contexto que os justiceiros foram legitimados como tais” (2004, p.85).

Quanto a essa relação entre policiais e justiceiros podemos destacar alguns fatores que corroboravam para a coexistência destes dois ofícios ao mesmo tempo legal (o de agente da segurança pública) e ilegal (enquanto justiceiro teoricamente ilegal).

Em primeiro lugar a ditadura, com sua política de rigidez e violência escancarada contra a subversão (que, como vimos, tinha caráter bastante abrangente) acabava por incentivar certas práticas violentas por parte da polícia contra aqueles que tentavam quebrar a ordem vigente a fim de intimidar. Se por um lado sabemos que havia a existência de várias práticas legalizadas de controle e punição (figurados nos Atos Inconstitucionais), por outro é todo sabido que houve muito sangue derramado em silêncio durante a ditadura, com destaque às mortes de militantes de esquerda, sindicalistas ou muitas vezes até mesmo inocentes confundidos com estes outros; e para além dessas mortes e desaparecimentos silenciosos, tínhamos as mortes (talvez) mais brutais, mais públicas (estampadas nas manchetes de jornais e com corpos a céu aberto). Estas últimas eram as causadas pelos grupos de extermínio. Fosse para matar comunistas, fosse para matar criminosos, estes “matadores oficiais” tinham total respaldo e aparatos oriundos do braço do Estado Militar que das formas mais discretas davam apoio não só ideológico e legal – como vimos pouco acima –, como também fazendo vista grossa perante às atrocidades e injustiças que eram cometidas dia após dia.

³⁴ **A favor da pena de morte.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, p. 17. Dia 18 de Abril de 1980.

Além disso, a polícia tinha todo um aparato material como o acesso a armas e outros itens, além de treinamento e técnicas para lidar com criminosos de forma mais ostensiva possível. A polícia era assim o braço direito do Estado Militar durante a ditadura já que era esta corporação que fazia todo o trabalho sujo que oficialmente este Estado não poderia fazer, até porque o governo alertava aos brasileiros de que aquilo não era Ditadura coisa alguma – mas sim a “Revolução Militar”, como até hoje chamam – e que eles estavam preservando o Brasil dos males que o poderiam afligir (“a ameaça vermelha”) e administrando o país para o futuro, sem corrupção e num constante progresso da nação. Se a nação progrediu ou não durante este período, não cabe aqui esta discussão, mas que muito sangue foi derramado na tentativa de firmar este discurso de avanço na nação, disso não há dúvidas.

1.1 – Dos crimes na cidade

Mas afinal, o que era esse “crime” que amedrontava o povo campinense nesse período? Quais os principais tipos de atos contra a lei cometidos por estes “meliantes” e que chamaram tanto a atenção do esquadrão?

Primeiramente devemos relativizar o próprio termo “crime”, lembrando que ele também se constitui como um elemento histórico e que devido a isso está passível a ser interpretado e representado de diferentes maneiras ao longo do tempo em lugares distintos, em cada sociedade e cultura diferente. Por exemplo, em décadas anteriores ao caso Mão Branca era comum encontrar nos jornais manchetes de crimes como roubo de animais (galinhas, bodes, cavalos) e roubos de bicicletas, mas com o passar do tempo esses crimes foram tomando ar de irrelevância perante as novas modalidades de crimes que iam surgindo e que eram muito mais ofensivas e danosas – como o roubo de carros por exemplo ou arrombamento de casas.

Uma particularidade primeira, não só do Mão Branca, mas dos demais grupos de seu gênero, é que embora enquadrado como crime na época, o ato de propagar ou professar ideias ligados ao comunismo – considerado uma ameaça a segurança nacional segundo os decretos dos Atos Institucionais – nunca foi o alvo desses justiceiros. Os verdadeiros alvos do esquadrão campinense eram aqueles criminosos que açoitavam a paz na pacata cidade. Os principais tipos de criminosos encontrados naquele período podem ser constatados tanto nas manchetes dos jornais campinenses como no próprio listão elaborado pelo esquadrão da morte: intrujões (receptador de objetos roubados), cascadeiros (enganador, golpista, estelionatário), descuidista (ladrões que cometem roubos de oportunidade, de forma furtiva, sem que percebam), lanceiros (eram os famosos batedores de carteira, ladrões de bolsas de

mulheres), ponteiros (envolvidos em jogos ilegais como jogo do bicho ou qualquer jogo considerado “jogo de azar”, em que não dependa das habilidades pessoais do jogador para se jogar, como a sinuca ou o poker), arrombadores (tanto de casa como de carros, que eram os que mais agiam e preocupavam as autoridades e a população), puxadores de carros (ladrões de carros, que eram um dos que mais agiam e preocupavam as autoridades e a população) traficante de drogas³⁵, assaltante, toxicômano (indivíduo dado ao uso habitual de entorpecentes, geralmente maconha), traficantes e falsificadores de dinheiro, dentre alguns outros tipos de ladrões que ainda chegam a ser citados no listão de forma bem pontual como Zé Rodeiro, o ladrão de bodes ou um ou outro desordeiro – crimes, que como citamos anteriormente já não estavam na ordem do dia dos casos policiais.

A partir disso tentaremos então compreender mais sobre o caso campinense em si: descrever as ações do grupo, como eram praticados, o que simbolizavam, de que lugar eles exerciam essa violência, entre outros questionamentos que serão elucidados no decorrer do capítulo.

2.0 – Das execuções em si

No dia 15 de Abril de 1980, na cidade de Campina Grande – Paraíba – quando é feita uma ligação para a delegacia de polícia –, um sujeito desconhecido anunciava que “mais um havia ido para o inferno”³⁶. Este seria o primeiro de nove homens que iriam ser mortos pelas mãos dos carrascos. Surgia, na Paraíba, um grupo de extermínio inspirado no Mão Branca da Baixada Fluminense. O esquadrão paraibano contava com a figura de cinco policiais civis: Cícero Tomé da Silva (Supervisor da Polícia Civil), José Basílio Ferreira “Zezé Basílio” (investigador), Carlos José de Queiroz “Zé Cacau” (investigador), Antônio Gonçalves da Costa “Temporal” (investigador) e Francisco Alves (investigador) que trataram de elaborar uma espécie de “listão” que continha os nomes das futuras vítimas do quinteto³⁷. O fato de cinco policiais estarem envolvidos diretamente com o caso não é mera coincidência, muito menos foi a primeira vez que isso aconteceu no período da Ditadura Militar; na verdade, a participação de policiais em grupos de justiceiros foi algo bastante comum durante este período como vimos anteriormente.

³⁵ Em todos os casos analisados a droga envolvida era sempre a maconha, o que nos leva a interpretar que algumas drogas como cocaína e heroína ou não eram traficadas aqui ou eram bastante raras e escassas.

³⁶ “‘Mão Branca’ matou ‘Beto Fuscão’ Este foi o primeiro de uma lista negra. Outros morrerão logo”. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande. p. 07. Dia 15 de abril de 1980.

³⁷ *O Listão*. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande, p.08. Dia 14 de abril de 1980.

OLISTÃO

ARLINDO BOCÃO - Arrombador; MORCEGO - Lanceiro; BARRÃO - Descuidista (Eliminado); PEIXOTO - Intrujão; PARAIBINHA - Arrombador (Eliminado); ROSENDO CARUARU - Intrujão; SEVERINO PASTEIRO - Descuidista; ENGELS BEZERRA - Traficante de tóxicos; BOBY - Traficante e maconheiro; PEDRO BENTO - Cascateiro; MARINEZ - Descuidista; IVONETE - Descuidista; GILVAN - Cascateiro; BASTINHO - Violeiro; PEDRO PALMEIRA - Estelionatário; ANTÔNIO SUASSUNA - Estelionatário; DEDE LIRA - Puxador de veículos; ROCK FERREIRA - Ponteiro e Puxador de carros; ZEQUINHA DO CARIMBO - Desviador de Cargas; CABO CABRAL - (PM) desenhador de carros; DIALMA ALTO - Traficante de drogas; DIALMA DE ZÉ DOS COCOS - Faz caixões e desordens; DIALMA DE ZÉ PINHEIRO - Puxador de automóveis; ANTONIO DE COTA - Arrombador; ZÉ PIRRITA - Traficante de maconha e intrujão; MURRÃO - Intrujão; COROA - Traficante de drogas; CÍCERO DO LIMÃO - Traficante de drogas; SARGENTO DECA (reformado do Exército) - Intrujão e traficante de drogas; ANTÔNIO BOCA DE TRAIRA - Puxador de Carros; LUNEZ - Puxador de carros e assaltante; WILLIAM CARIRI - Assaltante e desordeiro; NANA - descuidista; CEMA - Descuidista; MARTA DE MORATO - descuidista; LOURDES DA PAHOÇA - Descuidista e intrujona; GILBERTO - Descuidista e arrombador; ROGÉRIO - Viciado em tóxicos; GINA - Viciado em drogas e arrombador de carros; BERMUDA - Viciado em drogas e arrombador de carros (eliminado); GENILDA - Intrujona; MARIA - Descuidista; TEREZA - descuidista; ANTONIO DO BOLO - Intrujão; DULCE - Descuidista; CÍCERO PIRRITA - Ponteiro; CÍCERO BOI - Intrujão, Toxicomano, assaltante e homicida; NEGRO DA BOLA - Descuidista; BATISTA - Descuidista; NEGRO TOCO - Viciado em drogas e descuidista; QUEIMADAS - Descuidista e assaltante (eliminado); MOCOTÓ - Arrombador e descuidista (eliminado); CALEGO FISCAL (RUSSO) - Vigarista; MARIA GALEGA - Descuidista; NEQUINHO - Arrombador; GUACHITA - Lanceiro; JOÃO GOMES - Ponteiro; MARIA DAS NEVES - Descuidista; UM PM DE TRÁNSITO - Ponteiro; IRMÃ DE NÓ - Descuidista; CARRINHO BOLZINHA - Traficante; PALUGA - Descuidista e traficante; ZÉ DENTÃO - Vigarista; TAPIA - Vigarista; ANTÔNIO VIEIRA - Tráfico de dinheiro falso e negociações ilícitas; FERNANDO AZEVEDO - Tráfico de dinheiro falso; ADERBAL - Tráfico de dinheiro falso; TRÊS POLICIAIS CIVIS - Corrupção; UM ARAQUE DE POLÍCIA - Dedo Duro; BETO FUSCÃO (eliminado e riscado da lista); ROSTAND - Intrujão; EDMILSON - Descuidista; MARIA DE BIU - Intrujona; BERNADETE - Intrujona; PIRULITO - Assaltante de Táxi; PAULINHO - Lanceiro; IDROMEL - Assaltante; POMBO - Arrombador; PIPIA - Lanceiro; PÃO-DE-BICO - Descuidista; GEDA - Traficante; VICENTE GRANADOR - Traficante de drogas; PADRE CIRILO - Puxador de veículos e vigarista; DINDA - Assaltante; TRANENHA - Latrocida; SORVETIRO - Traficante e descuidista; ATALIBA ARRUDA - Pistoleiro; LINDOLFO ARRUDA - Desordeiro; NALDO - Descuidista; VAQUEIRINHO - Traficante; DAMIÃO - Arrombador; OS IRMÃOS CRENTES - Arrombadores; PAPA SERENO - Latrocida; NAZARIO - Desordeiro e criminoso; OLINETE - Viciado em drogas e descuidista; ZÉ BUCHADA - Desordeiro; SÔNIA DE NEGRO AILTON (Ela lanceira e ele descuidista); LUCIANO CARATÊ - Arrombador; LUCIANO DO SÃO JOSÉ - Traficante; BIEL - Traficante; ZÉ LUIZ COTO - Intrujão e trambiqueiro; MATUZAEM - Desordeiro; MATIAS - Arrombador; KLEBER - Arrombador e criminoso; CLOVINHO - Ponteiro; ZÉ RODEIRO - Ladrão de Binde; DALLAS - Estelionatário; CALEGO DA NORDESTE - Viciado em tóxicos; RATINHO DO CRUZEIRO - Descuidista; DOIS ADVOGADOS PROTETORES DE MARGINAIS; UM RABULA MILITANTE NO FÓRUM.

Figura 6: O Listão. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande, p.08. Dia 14 de abril de 1980.

Eis os nomes pelos quais as nove vítimas assassinadas pelo Mão Branca eram conhecidos: Beto Fuscão, Perre, Carrinho mãozinha, Renato Arara, Barrão, Mocotó, Paraibinha, Queimadas e Negro rei.

Dentre os assassinados listados acima, alguns destes foram mortos de forma extremamente covarde como é o caso do ladrão e arrombador conhecido como “Barrão” (Antônio Cavalcante de Aquino, 29 anos) que se encontrava em casa doente com leucemia no bairro da Cachoeira ao ser retirado a força de casa para ser executado e ter seu corpo

abandonado nas proximidades do matagal do “Bananal” cravado com 16 tiros e um olho arrancado.



Figura 7: “Mão Branca” executa “Barrão” com 16 tiros. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande, p.08. Dia 18 de abril de 1980.

Assim como esta, houve as mortes friamente planejadas de Mocotó (Marcos Antônio da Silva, 20 anos), Paraibinha (Antônio de Araújo, 34 anos) e Queimadas (José dos Santos Felix, 17 anos). Segundo consta no processo criminal do caso³⁸, os três estavam presos na delegacia e Cícero Tomé e Zezé Basílio os tiraram de suas celas com a justificativa de que iriam transferi-los de cela, quando na verdade os levaram às cercanias da cidade para serem executados.

³⁸ Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; p. 12.

Os corpos eram geralmente abandonados em lugares ermos e sem circulação de pessoas como o estádio de futebol Ernani Sátiro (“O Amigão”) em que Beto Fuscão e Negro Rei foram encontrados mortos; nas matas do Bananal, em que foi “desovado” o corpo de Barrão; por fim também havia o Gresse (Clube Recreativo dos Sub tenente e Sub-sargentos do Exército), onde “Perre” foi encontrado morto.

Com o passar do tempo, os integrantes saem da cidade e vão ao litoral na pretensão de realizar uma “limpeza” na sociedade Pessoaense, segundo Ronaldo Leite, repórter policial que acompanhou de perto o caso dos justiceiros na época (LEITE, 1997, p. 100-103). Entretanto, é importante salientar que os cinco policiais civis foram processados e julgados apenas por nove assassinatos – todos em Campina Grande – embora durante o período de ação do grupo tenham acontecido várias mortes misteriosas em João Pessoa e algumas em cidades menores do estado da Paraíba.

Independente do número de mortos – seja os nove mortos oficiais ou os mais de vinte mortos, segundo Ronaldo Leite e demais pessoas que viveram a época³⁹ – há uma constante invariável neste fenômeno: o intento em promover uma higiene não só social como também moral na sociedade paraibana. Esta limpeza social defendida e empreendida pelo grupo de extermínio Mão Branca era realizada devido a uma crescente preocupação com o equilíbrio e com a harmonia da sociedade em que o grupo de matadores teria a tarefa de saneá-la e limpá-la, ou seja, higienizá-la (SILVA, 2004, p.66).

Após já cometer alguns assassinatos em 09 de maio de 1980 o grupo Mão Branca divulga à imprensa um novo listão⁴⁰ trazendo mais pavor ainda para criminosos e habitantes das periferias e por outro lado instigando um forte sentimento de conforto na elite campinense ao saberem que agora mais foras da lei iriam morrer e a paz se instauraria de vez na cidade campinense. A lista enviada ao Diário da Borborema trazia novos nomes de supostos bandidos que deveriam sair desta vez, não só da cidade de Campina Grande, mas também de João Pessoa para nunca mais voltar até o dia 31 de maio ou iriam sofrer dolorosas consequências por sua teimosia.

³⁹ Em conversas informais com várias pessoas que viveram à época, muitas delas sempre relatavam casos de pessoas que foram mortas nas proximidades de suas casas ou de bandidos das redondezas que haviam morrido pelo Mão Branca.

⁴⁰ Todavia, as pessoas do primeiro listão ainda não haviam sido todas assassinadas. Vários ainda estavam vivos e soltos.

Mão Branca divulga novo listão

O relações públicas do Esquadrão da Morte, nacionalmente conhecido como Mão Branca, voltou a enviar carta a direção do **Diário da Borborema** anunciando a sua segunda **lista negra**, sendo que desta feita o personagem determina que os elementos incluídos na citada relação deverão deixar o Estado da Paraíba até o dia 31 do corrente mês sob pena de serem executados com a mesma marca que vem caracterizando a sua presença na Paraíba, qual seja, bandidos crivados de balas.

O carrasco, desta feita, não revelou apenas os vulgos dos elementos, como fez da vez anterior quando enviou cartas ao **Diário da Borborema**, **Secretaria de Segurança Pública** e **Central de Polícia de Campina Grande**, mas os verdadeiros nomes, endereços e "atividades" de cada elemento.

O ultimatum do justiceiro foi recebido com surpresa, uma vez que "os marginais por ele anunciados para morrer não foram, ainda, todos executados". Entretanto, pelas características e revelações contidas no segundo **listão**, o personagem, num trabalho de pes-

A NOVA RELAÇÃO DO MÃO BRANCA

Antonio Novo (ladrão e traficante); Josinete Araújo Fonseca (maconheira e traficante - Avenida Canal); Olíndina Francisca de Assis (cascateira e maconheira - rua Silva Jardim); Manoel Aristides Filho (assaltante e maconheiro - rua 2 de Julho); Reginaldo Souto Maior (vigariista e cascateiro); Maria do Socorro Costa (maconheira, cheira cola e traficante - rua Campos Sales); Joaquim Américo Gomes "Quinca" (ladrão e maconheiro - Tambor-nesta cidade); Milton Severino Pereira (arrombador de automóveis - rua Arrojado Lisboa, Monte Santo); Geraldo Francisco Zeca (descuidista e traficante - Bairro do Catolé); João Antonio de Abreu "Joca" (ladrão de animais - Montadas - Campina Grande); Severino Luiz da Silva "Canguru" (arrombador - Vila Cabral); Ricardo Pereira Tostes "Bico Fino" (traficante e maconheiro - Rua Castro Pinto); Jailton Gomes (travesti, traficante - Bairro do

40 em Campina Grande); Lindalva Margarida da Silva (ladra doméstica - Campina Grande); Antonio Natalino Agra "Natal" (ponteiro e maconheiro); Eduardo de Sousa "Edu" (Santa Terézinha - Campina Grande); Severino Ferreira dos Santos - Parajara-arrombador - Av. Redenção, João Pessoa; Edvaldo Orlando da Silva - homicida - João Pessoa; Gilvan Tavares Pessoa - ladrão; Maria do Carmo - intrujona - Av. Rui Carneiro, João Pessoa; José Gilberto Alves - lanceiro - João Pessoa; Luiz Carlos Rodrigues de Lima - ladrão; João Pessoa; Edvaldo Henrique da Silva, assaltante, rua Capitão José Pessoa - João Pessoa; Severino Ramos de Oliveira - ladrão de animais - Av. Beira Rio, João Pessoa; Antonio Francisco da Silva - intrução - Av. Epitácio Pessoa - João Pessoa; Walter Trigueiro Vete - Estelionatário - João Pessoa; Erivaldo Pires da Silva - "Bilé" descuidista, Mandacaru - João Pessoa; Francisco Trafulá - "Chico Trafulá" - intrução - João Pessoa; Aureliano Barbosa - Arrombador - João Pessoa; Jurandir Ferreira de Brito - Traficante - Rua

Joaquim Pereira de Melo - João Pessoa; Inaldo Severino - Lucinda dos Santos - Traficante; Jardim Samaritano - João Pessoa

Roberto Galdino do Nascimento - "Bê Fuscão II" - Mandacaru - João Pessoa; Luiz Carlos Rodrigues - intrução; Paulino Albuquerque, Jaguaribe - João Pessoa; José Hilton Vieira - ladrão - João Machado - João Pessoa; Francisco de Assis Marinho - Casquete II - ladrão, rua Rafael Silveira, João Pessoa; Arnaldo Ferreira da Silva - intrução - João Pessoa; Edivaldo Ferreira Dantas - intrução - João Pessoa, rua General Pereira Gonçalves; Arnaldo Carneiro da Silva - "pintado" - assaltante - João Pessoa; Luiz Avelino da Silva - assaltante - do Rio, João Pessoa; Marinaldo Pereira de Araújo - traficante - Maconheira, rua José de Anchieta Mascarenha - ladrão - João Pessoa; Dorgival da Silva - ladrão e maconheiro - Bayeux; Altair Mendes de Lima - traficante - Bayeux; José Francisco de Souza - intrução - José Gomes de Abreu - Bayeux - Cam de Brito - arrombador de automóveis

Figura 8: Mão Branca divulga novo listão. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande - p-08- Sexta 09 de Maio de 1980.

É importante ressaltar uma curiosa peculiaridade do esquadrão da morte, que diferente de outros esquadrões, o Mão Branca também possuía em seu listão: "dois advogados protetores de marginais", "um PM de trânsito", "Cabo Cabral", "Sargento Deca", "Galego fiscal", "Três Policiais Civis", "Um policial de araque" e "Um rábula militante no fórum"⁴¹. A presença destes homens marcados para morrer no listão dos justiceiros revela que, para além de uma higiene meramente social, havia o intento de se fazer também uma higienização moral

⁴¹ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. O Listão. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande, p.08. Dia 14 de Abril de 1980.

contra policiais corruptos como é ressaltado por Hélio Bicudo em seu livro “Dos Justiceiros ao Esquadrão da Morte” (1988). Advogados que fizessem defesa de criminosos, ou funcionários que não andassem dentro de códigos criminal, mas também moral, corriam grandes apuros nas mãos do Mão Branca, já que os carrascos prezavam por uma sociedade mais honesta, correta e “praticante de bons costumes”.

Na contramão do que pensa José Fernando Siqueira da Silva ao afirmar que os esquadrões da morte, ao promoverem essa higienização social, elegiam exclusivamente os pobres como principal alvo dessa política (SILVA, 2004, p.71) podemos notar uma peculiaridade bastante distinta do grupo Mão Branca paraibano: em que essa limpeza ou higienização não se dá apenas no campo do social, mas também do moral.

Fato irônico e enfático é que o integrante Zezé Basílio era acusado também de extorquir de criminosos objetos furtados, como consta no guia de recolhimento do mesmo⁴². O investigador “Temporal” também “extorquia dinheiro de marginais desde muito tempo como confessa na carta endereçada a sua ex-mulher [...], assim também de pessoas pacatas como se evidencia nos autos”⁴³. O investigador Carlos Queiroz “Cacau” era acusado também de consumo ilegal de drogas (maconha)⁴⁴.

Mas afinal, o grupo Mão Branca era um grupo de mercenários? De *serial killers*? De justiceiros? Entendermos também as diferenciações entre estes diferentes tipos de assassinos é importante, principalmente para não cometermos equívocos de definição e incorrerem em erros sobre a natureza dos crimes que caracteriza cada um destes. Por via de regra estamos falando de homicidas, assassinos, quiçá criminosos, mas o caráter que motiva cada um destes a cometer seus crimes, os levando a matar suas vítimas é bastante distinto.

Os mercenários, por exemplo, figuras que já existiam desde antes de Cristo, através das narrativas de Xenofonte com seu Exército de “dez mil mercenários”; passando pelas Guerras Púnicas, em que cartagineses empregam inúmeros “soldados da fortuna” (mercenários); suas ações se prolongaram pela Idade Média, em seguida na Idade Moderna até os dias de hoje permanecem como indivíduos, isolados ou em grupos (chegando até mesmo a formar exércitos), que assassinam por dinheiro (BRUYÈRE-OSTELS, 2012, p.08 – 12). É a forma de

⁴² Guia de Recolhimento de José Basílio Ferreira. Emitido pelo Primeiro Cartório de Campina Grande – 1ª Vara. Fórum Afonso Campos em Campina Grande, 20 de Julho de 1988.

⁴³ Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; p.12.

⁴⁴ IDEM, p. 14.

ganharem suas vidas, o emprego destes, e basta alguém com dinheiro suficiente que os pague e eles puxarão o gatilho sem hesitar. O que não é o caso do Mão Branca.

Em seguida temos os *serial killers*/assassinos em série, os quais seus crimes assumem uma motivação muito mais psicológica do que econômica ou social. Geralmente vem de um transtorno de personalidade psicopática, provenientes de traumas de infâncias e choques que marcaram suas vidas e mentes (VELLASQUES, 2008, p. 40-43), podendo assumir perfis masoquistas, sentindo prazer em torturar homens, mulheres ou crianças por longo tempo (que pode durar dias ou horas) por puro prazer – que chega a ser um prazer sexual, muitas vezes (DAVIS, 2009, p.11-13). Este, também não é o caso dos policiais que integraram o Mão Branca, já que nenhum laudo de psicólogos forenses indicaram estas propensões em nenhum dos indivíduos.

O Mão Branca se encaixa, finalmente, no perfil dos justiceiros, os quais foram objeto de estudo e análise por José Fernandes Ferreira da Silva em seu livro “ ‘Justiceiros’ e Violência Urbana” (2004). Entretanto o próprio autor faz ressalvas com relação a esse gênero de assassino, revelando diferentes facetas do justiceirismo. Existem os que agem pelas comunidades pobres, matando aqueles que ameaçam a paz, “protegendo” assim os bairros pobres – como foi o caso do conhecido “Cabo Bruno” – ou esses grupos podem também agir em prol dos interesses das elites, tendo nesse caso, as comunidades mais como alvo de ataque do que de proteção – o que figura o caso Mão Branca.

Outra diferenciação é referente a dois tipos diferentes de matadores: os clandestinos, que matam por conta própria e os “matadores oficiais”, aparatados pelo Estado (quase sempre policiais). O grupo de extermínio em estudo pode ser visto assim como um grupo que age movido por interesses majoritariamente ligados a uma elite campinense e grande parte de sua classe média, formada por pessoas que temiam o rumo que a criminalidade na cidade estava tomando e não queriam pôr a perder seus carros, riquezas, casas, bens pessoais e etc., por isso, acabam vendo no Mão Branca uma salvação para todo esse caos. Iremos abordar melhor no próximo capítulo.

Por fim, o esquadrão de policiais ainda fica entre os dois tipos de matadores descritos pelo autor: por serem componentes do braço armado do Estado e terem uma série de facilidades já analisadas anteriormente para agirem, mas por outro lado tiveram seu quê de clandestinidade e autonomia, visto que logo foram perseguidos e presos pelo mesmo órgão que era superior a eles enquanto policiais. O Mão Branca assim oscila entre o oficial e o clandestino.

3.0 – Como os jornais divulgam o grupo e as execuções

Voltando a discutir sobre a atuação dos justiceiros em Campina Grande, nos preocupamos também em tentar compreender como um dos principais meios de divulgação dos atos do grupo – os jornais impressos – transmitia suas informações. Que importância era dada ao caso? Como estavam inseridas as matérias na estrutura do jornal? Havia imagens? Como estas imagens eram trazidas? Outra questão importante a ser pensada é: que subjetividades os jornais podem ter estimulado nas pessoas que o liam?⁴⁵

Como vimos no decorrer dos capítulos, a circulação dos jornais em Campina Grande durante a década de 1980 dedicou-se em grande medida a retratar os indicativos da instabilidade na segurança pública que pairava sobre a cidade. Exemplos do Jornal da Paraíba e do Diário da Borborema, que figuravam como os principais veículos de informação impressa no município e redondezas, fazem diversas alusões relativas a este aspecto da violência urbana.

No entanto, cabe destacar que nos cadernos policiais destes jornais, constava uma ampla reprodução de imagens fotográficas, que impressionam ora pela brutalidade dos corpos “desovados”, ora pela naturalização da morte.

Em primeiro lugar, a produção de qualquer jornal, ou até mesmo de qualquer outro veículo de comunicação, está intimamente ligada com as conjunturas política, econômica, social e cultural em que estão inseridos. Ora, os jornais compõem discursos consonantes com os discursos oficiais emanados do Estado; ora os jornais veiculam posicionamentos contrários ao regimento do poder oficial. A temporalidade que abarca esta pesquisa, ou seja, a década de 1980, não há como dissociar a (re)produção de informações desligadas do contexto em que estavam inseridas.

Para além desta correlação de forças presentes no período, há outras demais que fazem parte da publicação dos jornais, o que redimensiona a análise do historiador para uma “complexidade desanimadora. [Pois] Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo” (GLÉNISSON, p. 177-8, 1986). Neste sentido, a análise do historiador deve ser permeada de uma série de elementos que permitam situar as publicações sob um aspecto mais amplo.

⁴⁵ No próximo capítulo iremos nos deter a explicar como isso ocorreu de forma mais aprofundada e como isso moldou ou ajudou a construir uma opinião pública pautada em jogos de representações sobre o esquadrão da morte.

Portanto, a leitura de uma mensagem fotográfica impressa está inserida neste contexto de abordagem metodológica, que considera tal fonte “fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como ‘mero veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado de realidade político-social na qual se insere”. (CEPELATO e PRADO, 1980, p. 19)

Neste sentido, os jornais desempenham uma função social intimamente ligada aos campos político-sociais, e no que se refere à Campina Grande deste período que traçamos em nosso estudo, estes fatores são determinantes na forma como os cadernos policiais são descritos, na medida em que as transformações políticas (seja em âmbito local e nacional) aliadas às questões sociais em torno da violência, dão a entonação dos discursos e sobretudo, da produção de fotografias.

Para Roland Barthes, uma imagem fotográfica contém uma mensagem e por consequência, uma sociologia na medida em que, “trata-se de estudar grupos humanos, de lhes definir motivações, atitudes, e de tentar ligar o comportamento deles à sociedade total de que fazem parte” (BARTHES, 1978, p.303). Deste modo, entendemos que a fotografia porta em si, além de uma estética, uma ideologia partilhada (ou não) pela cultura que a acessa. A partir desta concepção que entrelaça os emissores (editores) e os receptores (leitores) das fotografias, poderemos pensar as formas com as quais as fotografias eram dispostas, como os textos estavam articulados em discursos e mais: como isso era recepcionado pelos leitores.

Por isso, ainda dialogando com Roland Barthes, a mensagem fotográfica contém uma conotação, definida como: “o sistema conotado é verossimilmente constituído quer por uma simbólica universal, quer por uma retórica de época, numa palavra, por uma reserva de estereótipos (esquemas, cores, grafismos, gestos, expressões, grupos de elementos)” (BARTHES, p. 305, 1978). Ou seja, a conotação presente na fotografia se dá pela forma como a imagem é recepcionada e lida, que por sua vez, faz parte do universo cultural e simbólico da sociedade.

Apontado estes aspectos que circunscrevem a mensagem fotográfica, e correlacionando a produção de imagens das reportagens policiais do Diário da Borborema e do Jornal da Paraíba, percebemos que a disposição imagética e textual acaba por introjetar no consciente coletivo uma aura de medo, na medida em que exploram o universo simbólico, uma linguagem sensacionalista – tanto nas manchetes como no corpo do texto – e imagens de cadáveres.

Para além das manchetes sensacionalistas que ampliavam a disseminação do medo, uma vez que os textos só faziam amplificar o conjunto de conotações da fotografia (BARTHES, 1978, p. 312), a entonação dos discursos jornalísticos fazia parte das intencionalidades ideológicas, perscrutadas por determinados valores e interesses, inclusive do ponto de vista econômico, na medida em que chegavam ao público leitor para fazê-los adquirir estes exemplares, pois como vimos estas manchetes atraíam bastante a curiosidade dos cidadãos pelo mistério que representava o curioso caso policial, além, em alguns casos, do forte apoio vindo de determinados setores da sociedade – como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Outra conotação que está associada a essas imagens é a própria violência simbólica que estas carregavam. Uma violência insensível e perceptível apenas em um primeiro plano lógico, mas que por outro lado se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, de um sentimento – que no caso em estudo, é o medo – que Bourdieu relata que existe uma relação de dominação subordinação presente na violência simbólica, não expondo o sujeito como um agente dessa relação, o que transparece é que o sujeito apenas se resigna (1989, p. 10-11).

Em exemplos práticos, temos matérias jornalísticas da época que trazem em suas manchetes fotografias das vítimas do Mão Branca ao chão, crivadas de balas (em alguns casos chegando até 20 tiros em um mesmo indivíduo), completamente ensanguentados e perfurados, tendo até em alguns casos os olhos arrancados.

Como José Fernandes Ferreira Silva (2004) expõe, estes justiceiros – através dos relatos da mídia – destacam uma forma de repressão comprometida com a manutenção da ordem que protege, prioritariamente, as classes sociais mais privilegiadas: as elites e os setores urbanos. Aumentando, por sua vez, a violência contra as camadas populares e privatizando a proteção social. Para isso se torna totalmente necessária essa exacerbação da violência com mortes extremamente violentas, com dezenas de tiros em lugares e órgãos vitais do corpo (cabeça e coração), que deformem rostos e corpos e que por fim invoquem medo e temor àqueles que, como os que morreram ali, ousaram ir de encontro à lei com práticas criminosas tirando a paz da cidade. Aqueles que cometem crimes não só devem pagar com suas próprias vidas como servir de exemplo para os demais com sua morte.



Figura 9: Mão Branca cumpre promessa: Mocotó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaços. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. p.05. Dia 17 de Abril de 1980.

Imagens como a exibida anteriormente imputavam terror e pânico àqueles que se viam como vítimas em potencial dos exterminadores (criminosos presentes ou não na lista) ou outras pessoas que se sentiam intimidadas pela violência empregada. Esta mesma violência simbólica se vale da consolidação de um discurso dominante que institui padrões, limites e que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões desse

discurso, no qual ou os sujeitos se enquadravam no papel de bandido marcado para morrer ou se configurava no padrão do “cidadão de bem”.

A partir disto, passamos a nos questionar agora com o efeito que estas imagens, estas reportagens e notícias veiculadas sobre os assassinatos cometidos pelo Mão Branca causavam na sociedade campinense. Que tipos de subjetividades eram despertados? Como as pessoas se portavam? Que tipo de representação era feita por parte das pessoas destes carrascos? Que sentidos se despertavam? Medo? Conforto? Segurança ou insegurança?

Estas perguntas e outras mais serão o cerne central da discussão do próximo capítulo.

CAPÍTULO III: A CIDADE EM VOZES.

Adrian Veidt: Jon, sei que as pessoas me acham insensível, mas eu sinto cada morte .[...]

[Vira-se para Jon] Jon, espere, antes de partir... fiz a coisa certa, não foi? No final tudo funcionou.

Jon Osterman: "No final"? Nada termina, Adrian. Nunca termina.

(Alan Moore, Watchmen)⁴⁶

O fenômeno Mão Branca foi responsável por um verdadeiro furor nos ânimos da população campinense. A repercussão que os crimes tiveram na sociedade da época podem ser constatadas através das inúmeras reportagens que ganhavam todos os dias as capas dos jornais campinenses, bem como os depoimentos de pessoas que viveram esta época ou possuem pelo menos relatos orais de memórias da mesma.

A relação do grupo de extermínio com a imprensa é deveras curiosa. Ainda que possamos admitir que não tenha sido o objetivo principal da ação atrás os holofotes da mídia (talvez mais dispersá-los), o Mão Branca parece ter gostado da publicidade. A divulgação da famosa lista com os 115 nomes de suas vítimas, aparentemente, foi o aperitivo de que a imprensa precisava para devorar a história diariamente em seus jornais. O papel da imprensa nesse caso deve ser também analisado pelo seu poder de influência direta sobre a opinião pública (LUCA, 2010, p.132). As primeiras notícias sobre o caso tinham o ar do sensacionalismo e previam o *boom* que causaria à população.

Sendo assim, se faz necessário notarmos a importância que a imprensa assume na constituição e preservação da memória da sociedade ocidental contemporânea. Neste instante a imprensa se mostra uma fonte extremamente valiosa em um momento em que poderemos ter acesso à mentalidade do tecido social em um dado momento em referência a vários tipos de acontecimentos (como no nosso caso, o grupo Mão Branca) dada à riqueza e sortimento de coisas que podem constar nesse tipo de fonte. O próprio Fernand Braudel (2005, p. 45-46) já alertava:

Ora, notemo-lo, crônica ou jornal, fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os mediocres acidentes da vida ordinária:

⁴⁶ MOORE, Alan. **Watchmen Vol.6**. São Paulo: Abril, 1989, p.27.

um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja tempo curto de todas as formas de vida, econômica, social, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica (uma ventania, uma tempestade) assim como política.

O que nos faz notar também que para além desse caráter descritivo dos acontecimentos e “acidentes da vida ordinária”, o jornal nos traz uma série de percepções do social que não são de forma alguma discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade ao passo que legitimam projetos reformadores ou a justificam atos e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

O que está posto para o público leitor, muitas vezes, é o que será lembrado e contado posteriormente. Isso acarreta uma grande e infundável discussão sobre a responsabilidade dos veículos de informação, capazes de incitar ações e também de reprimi-las através da forma como se colocam os fatos, como fica muito evidente na trajetória de Mão Branca.

A partir disso faremos uma análise desta fala da imprensa – e seus efeitos – com base nos aportes teóricos de Paul Ricoeur (2008) que, apesar de elaborar uma tese de caráter mais macro analítico (aplicando seus conceitos a grandes acontecimentos como o holocausto, por exemplo), pudemos perceber que seu arcabouço conceitual consegue ir além de grandes acontecimento, aplicando-se de forma efetiva no estudo em questão sobre a memória do povo campinense e o que esta memória pode ter provocado.

Tomando o filósofo francês como referencial poderíamos entender a imprensa vulgarmente como uma “*receptora de memória coletiva*”. Dizemos isto, pois a memória é, não apenas um mecanismo de armazenamento de dados mnemônicos, mas, sobretudo de um dispositivo de resignificação – a partir do momento em que o que estava adormecido em nossa memória vem a tona novamente em um momento posterior através de um processo de rememoração, ocorrerão alterações (grandes ou pequenas) na memória. No caso Mão Branca não foi diferente. A partir disso levaremos em conta que o(s) grupo(s) de justiceiros já era nacionalmente conhecido depois de sua fama no Rio de Janeiro e já era título de manchetes em jornais de vários lugares do Brasil. Ou seja, os campinenses possuíam uma memória armazenada sobre os acontecimentos que envolviam o(s) Mão(s) Branca(s). A partir disso podemos nos questionar: no que acarretou esse processo de rememoração de um grupo de mesmo nome que havia existido pouco tempo antes Baixada Fluminense?

De uma forma mais prática, o que aconteceu com o caso campinense foi que, como explanei anteriormente, o Mão Branca que estava na forma de uma lembrança adormecida,

veio à tona e o jornal foi o meio de interlocução dessa rememoração. Entretanto, como toda rememoração que se surge, o esquadrão da morte veio, conseqüentemente, sob uma reconfiguração que, neste caso, foi a da forma em que a memória seria mais uma vez representada - uma vez reativada. Nesse sentido, a narrativa jornalística pode ser uma espécie de armadilha para essa rememoração, pois é a partir desse dispositivo da linguagem (a narrativa) que a memória vai sendo reconstruída.

No tocante a esse aspecto da memória, há uma dupla relação tratada por Ricoeur, que são o luto e a melancolia⁴⁷. O primeiro refere-se a um acontecimento ruim que é caracterizado por sua efemeridade em nossa memória, durando apenas algum tempo (impreciso), mas que acabamos esquecendo-nos dele a menos que seja lembrado novamente de alguma maneira; o outro se trata de um trauma de magnitude tão grande que acaba por se tornar imune ao esquecimento e ficando sempre ativo em nossa memória – a exemplo do holocausto, das grandes guerras, epidemias (peste negra) etc..

Entretanto, quando falamos de imprensa, esta está a quase todo momento trabalhando com uma relação de luto da memória em seus acontecimentos pela efemeridade das informações que veiculam no próprio jornal – principalmente aqueles contidos no caderno policial como assassinatos, furtos e outros crimes. Sobretudo, esse luto é uma manifestação que se responsabiliza por evitar uma melancolia; algo como um pré-aviso do que um trauma pode se tornar, dando a oportunidade de se refletir, de repensar algo, e esse é um efeito ligado não só ao luto, mas a memória em si (KUSSLER. 2009, p.1630). Através desse luto resultado do trauma pode haver como resposta o que Ricoeur chama de “memória feliz”, que representa uma espécie de reconciliação com este trauma onde há a redução de danos psicológicos e as coisas acabam sem deixar grandes sequelas (melancolia) (RICOEUR. 2008 p.425, 437-438, 453). Parece-nos ser justamente este processo que ocorre com o caso Mão Branca, visto que o mesmo acabou sendo resolvido e os responsáveis presos, existindo apenas um luto pelas tragédias que foram seguidas de uma “memória feliz”, de algo que acabou sendo conciliado, mas não apagado para grande parcela dos cidadãos que viveram a época.⁴⁸

⁴⁷ Que na verdade têm origem com Freud, em um de seus textos chamado também Luto e Melancolia de 1915 o qual Ricoeur acaba se apropriando para fazer uma relação com a memória e seus efeitos.

Cf. FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. Tradução: Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

⁴⁸ Entretanto “a memória feliz” não procederá se formos aumentar a escala para uma visão macroanalítica do caso onde teremos sob enfoque o justicamento privado e a formação de grupos de extermínios como um todo, sendo esta uma prática que ainda prossegue ocorrendo na história brasileira. Portanto se faz importante ressaltar que o conceito de *memória feliz* está sendo aplicado exclusivamente ao caso Mão Branca campinense.

Outro efeito criado pela imprensa e que acaba instaurando em meio à violência empregada pelo grupo: *a herança da violência fundadora*, onde “os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros” (RICOEUR, 2008, p.95). Com isso, teremos de um lado “o Mão Branca que espalha o terror”: um discurso jornalístico que vai mostrar justamente a glória da cidade de Campina Grande através dos algozes de forma sutil nas páginas de jornal de maneira que o leitor que lê sem estar muito atento a isso acaba deixando passar despercebido ao ver noticiários que tendem a demonstrar que a cidade está ficando cada vez mais limpa de criminosos e segura para os cidadãos de bem (estão excluídos aqui aqueles que estão à margem da sociedade e que comumente são confundidos com meliantes, mas não são).

Já por outro lado, há o lado dos humilhados, daqueles que, tanto são comumente confundidos como bandidos por serem de bairros periféricos, onde “favelas e lugares segregados da cidade (bairros populares, becos e cortiços) tornaram-se espaços não só de exclusão, mas um destino certo para os chamados/considerados ‘refugos humanos’.” (SILVA, 2010, p.71), como daqueles que estavam no listão sem ter nenhuma acusação legal contra o si⁴⁹ e também aqueles que mesmo sendo criminosos entravam em desespero por estarem nesse listão, indo se entregar à polícia para serem presos e não morrerem pelas mãos do carrasco⁵⁰ ou até mesmo fazerem as malas e fugirem para o mais distante possível⁵¹.

⁴⁹ Como vimos, a limpeza não era apenas realizada em termos sociais, mas também morais. Para além disso houve vítimas do grupo de justiceiros que foram liquidadas mais por motivos pessoais do que por delitos.

⁵⁰ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. **Marginais choram com medo do carrasco**. Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. P.04, 20 de ABRIL de 1980.

⁵¹ COSTA, Assis e RAMOS, Hugo. **Mão Branca apavora marginais: Olindete arrumou as malas e fugiu**. Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. P.05, 19 de ABRIL de 1980.



Figura10: Marginais choram com medo do carrasco. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. p.01. Dia 20 de Abr. de 1980.

Desde as matérias sobre os justiceiros, percebemos reações bastante diferentes das ocorridas no Rio de acordo com as matérias que iam sendo publicadas logo de início que continham publicações que constavam que alguns policiais estavam afirmando que a cidade estava mais segura e que o número de queixas tinha sido reduzido em torno de 70%⁵² além de matérias que faziam sempre questão de mostrar apenas “o criminoso que morreu”, um bandido a menos na sociedade e como tudo tendia para a paz e a tranquilidade. O terror espalhado pelo esquadrão da morte propagado pela imprensa por um lado acabou colaborando para que se formasse na opinião pública certa aprovação vinda de alguns setores da sociedade campinense com relação aos atos do grupo de extermínio logo cedo.

⁵² **Polícia diz que a cidade está tranquila depois que o Mão Branca surgiu.** Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. p.04, 20 de ABRIL de 1980.

Se por um lado, como visto mais acima, Luciana Estevam da Silva (2010) nos aponta os alvos aterrorizados e prestes a morrer – os marginais e os marginalizados, “os refugos humanos” – por outro lado, podemos apontar os setores da sociedade que estavam vendo os atos dos justiceiros com bons olhos. Pessoas de origem mais abastada, moradores de bairros nobres, possuidores de bens de valor elevado, homens e mulheres de negócios e todos aqueles que tinham muito a perder em uma época de alarmantes índices de uma violência quase incontrolável. Aqueles que muitas vezes tiveram seus carros arrombados ou roubados, suas casas invadidas na calada da noite, objetos valiosos furtados ou que tiveram seus estabelecimentos comerciais subtraídos, fosse em dinheiro ou objetos. Poucos eram os que não se encontravam inflamados pela vontade ardente de vendeta contra aqueles “criminosos asquerosos”, e mediante ao debilitado quadro em que se encontrava o órgão de segurança pública, eles não mais viam esperança no corpo policial. Só restava apelar para a “Lei do Talião” imposta pelo Mão Branca.

Em entrevistas feitas pelo ex-repórter policial que acompanhou o caso – Ronaldo Leite – podemos perceber como muitos moradores de bairros mais elitizados costumavam dar apoio às práticas do grupo. A partir disso podemos perceber o “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17), observando assim como cada pessoa passava a elaborar sua imagem do que era o Mão Branca e o que ele e seus atos representavam para si. Neste caso em especial “os diferentes lugares” possuem um peso na construção destas representações sobre o grupo de extermínio. Para ilustrar, podemos trazer algumas falas à tona, como a do senhor Almiro Miranda, morador da Rua Jovino do Ó, nº 196, Centro (LEITE, 1997, p. 76):

No meu ponto de vista ele não deve deixar um desordeiro, ladrão, assaltante. Eu acho que ele deveria ter vindo era mais cedo, há muito mais tempo, porque tem muitos desordeiros e ladrões roubando e matando que devem ser todos eliminados, uma vez que estes não deixam ninguém andar sossegado.

Além do depoimento do senhor Almiro Miranda, temos vários outros de moradores do centro e de bairros como a Prata e o Alto Branco que só veem positividade nas ações do grupo e acham correto o que eles fazem. Enquanto isso, por exemplo, moradores de bairros mais pobres como o Monte Santo se mostravam contra o Mão Branca (LEITE, 1997, p. 77). Por outro lado, também havia aqueles que preferiam o “tanto faz” (ibidem, p.77) ou até mesmo as várias pessoas que preferiam se omitir, silenciarem.

O silêncio, algo que em períodos de repressão e violência pode falar muito mais do que imaginamos. O caso das pessoas que evitavam expressar suas opiniões normalmente se

devia a um forte medo de serem julgadas mal ou quem sabe até virarem possíveis alvos do esquadrão da morte que assolava a cidade. Era temido que ao falar mal dos justiceiros e seus atos, a represália viria de alguma forma.

Buscamos entrevistar pessoas que estiveram próximas às investigações e colher impressões sobre como a população e a polícia, berço do Mão Branca em Campina Grande, vivenciaram esse momento. Dois dos policiais que procuramos, e que trabalharam na polícia na década 1980, se negaram participar da entrevista, alegando não querer “envolvimento” com o assunto, mesmo diante da explicação quanto à natureza da pesquisa. Aparentemente eles temiam algum tipo de represália ou que fossem chamados atenção por falarem sobre um tema tão delicado ainda hoje na corporação policial. Contudo, um deles, pedindo anonimato, explica que seus receios partem da enorme perseguição movida aos policiais que não teriam sido coniventes com os crimes de Mão Branca, ele mesmo, tendo sido transferido da cidade na época. O que corrobora à tese de que havia um apoio institucional vindo da corporação policial com referência à execução de criminosos à sombra da lei⁵³, fato inclusive indicado em muitas passagens do livro de Ronaldo Leite (1997).

Entrevistamos também a viúva do policial militar Lino Rodrigues do Santos, Dona Salomé Do Ó Santos. Ela nos contou que seu marido conhecia todos os cinco policiais implicados nas mortes, e que ele não sabia do envolvimento dos mesmos, revelando também que como esposa de policial ouvira muitos relatos sobre as mortes. Quanto à posição da polícia ela diz: *Eles nem eram contra e nem eram a favor. Eles eram neutros nesse ponto aí. Eles não podiam ser a favor porque estariam se complicando, né? E também não iam ser contrários... Eram neutros...*⁵⁴. Dona Salomé também afirma não ter concordado com a prática das execuções e que sentiu-se mais segura quando os crimes cessaram. Vemos mais uma vez através da fala da viúva, o temor e insegurança que muitos tinham em se posicionar contra ou a favor das ações do esquadrão, com medo de retaliações mais severas. Daí a “neutralidade” (ou não seria temor?).

Obviamente, houve parte da sociedade que estava preocupada com o rumo que estes assassinatos desenfreados iriam tomar e logo se prontificaram em ato de protesto e denúncia. Todavia, estes que se mobilizaram faziam parte de seletos setores engajados nas recentes

⁵³ Por mais que tenhamos o caso destes cinco policiais que integravam o grupo de justiceiros e que estes teriam matado – segundo indica o processo jurídico – apenas nove pessoas, houve outros casos paralelos durante a época que retratam acontecimentos semelhantes vindas de outros policiais, em proporções numéricas menores de assassinatos por indivíduo, mas não nos enganemos que a quantidade de polícias que realizaram tais práticas não foi de forma alguma limitada a apenas cinco homens.

⁵⁴ Entrevista concedida a Rennatta Araújo, pela senhora Maria Salomé do Ó Santos no dia 31 de agosto de 2014.

discussões sobre Direitos Humanos que haviam se acalorado neste período de “reabertura”. Portanto, dentre os que faziam parte destes setores estavam: a figura da igreja católica com a Comissão de Justiça e Paz (que agiu não só no Sudeste como em Campina Grande), sindicatos e militantes políticos da esquerda⁵⁵, estudantes da UNE, além de vários intelectuais da época.

Figuras como o promotor campinense Agnello Amorin (LEITE, 1997, p.149-150), o bispo Dom Emanuel (Ibid., p.114), o deputado e advogado Geraldo Beltrão (Ibid., p.60-61) e o Professor Sandro Meira da Universidade Federal da Paraíba (Ibid., p.66-67) deixaram sua opinião repudiando a ação do grupo de justiceiros como relata o ex-jornalista policial da época, Ronaldo Leite. Como pudemos constatar, foi incisiva e decisiva a participação da igreja católica, núcleos sindicais, em geral, politicamente engajados, partidários de partidos como PMDB e PT e universitários (corpo discente e docente); todos estes em prol de um movimento pró-direitos humanos e pelo fim do terrorismo institucionalizado que acabou se tornando a Ditadura e seus ramos.

A partir de Agosto de 1980 a imprensa campinense adere rapidamente aos fervorosos protestos contra o Mão Branca, juntamente aos setores da sociedade citados acima. Observarmos assim uma brusca mudança de postura dos jornais, principalmente do Diário da Borborema, após um de seus jornalistas policiais (o já supracitado Ronaldo Leite) ter sido ameaçado de morte pelos integrantes do Mão Branca. Antes apresentando certo grau apologético às ações do esquadrão da morte inculcando medo e tentando mostrar dados positivos sobre os assassinatos, a imprensa, ao ser diretamente afetada e ameaçada, liga seus dispositivos de defesa e automaticamente passa a declarar sua ojeriza às ameaças feitas ao repórter e juntam-se na luta contra o fim dessa violência, como vimos em várias matérias e também através de charges. Contando inclusive com enquetes em que as pessoas eram questionadas sobre o que achavam dessas ameaças feitas contra o jornalista. Todos os cinco entrevistados se mostraram contrários à ameaça, alegando que estes estão apenas fazendo o seu trabalho como qualquer outra pessoa.⁵⁶

⁵⁵ Cf. “No calçadão, protesto contra terrorismo”. Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 23 de Agosto de 1980.

⁵⁶ **Opinião: Como vê as ameaças aos jornalistas?** Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 14 de Agosto de 1980.



Figura 11: Jornalistas são ameaçados de morte. Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 08 de Agosto de 1980. Charge de Alonso.

Sobre a opinião pública da época podemos também nos perguntar: o que os campinenses diziam sobre a violência na cidade pouco após as nove mortes efetuadas pelo esquadrão? O que eles achavam do produto final dessa matança?

Em matéria publicada justamente no período após o término das execuções das vítimas e mandatos de busca e apreensão dos cinco policiais do Mão Branca (em agosto), vemos uma enquete⁵⁷ que questiona os cidadãos a opinarem se acham que a onda de violência será contida. Dos cinco entrevistados, quatro deles acham que a violência não diminuiu e provavelmente não diminuirá devido ao desemprego, à inflação, à falta de políticas públicas sérias e comprometidas com as pessoas de baixa renda. Além disso, vemos em outra enquete⁵⁸ o próprio descrédito da corporação policial perante a sociedade que, quando questionada sobre se eles acreditavam em uma real e efetiva prisão dos policiais envolvidos, a maioria dos que foram perguntados foram enfáticos em afirmar que era improvável que estes fossem presos, embora merecessem pagar pelos crimes que a justiça julgou.

⁵⁷ Cf. **Acha que a onda de violência será contida?** Coluna Opinião. Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 09 de Agosto de 1980.

⁵⁸ **OPINIÃO PÚBLICA: Acreditam na prisão dos ex-investigadores?** Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 24 de Agosto de 1980.

Uma das falas mais emblemáticas talvez seja a de Geane de Araújo da Costa, moradora da rua Venâncio Neiva, Centro, nº 86, em que ela diz: “Não, eu não acredito, não tem possibilidades de serem presos. Contudo, na minha opinião, deveriam ser, mas que é muito difícil, porque eles têm cobertura das outras autoridades da própria polícia”. Geane não estava errada, o corporativismo dentro da polícia permitiu que logo após muitos dos integrantes fossem soltos⁵⁹ e no caso especial de Cícero Tome, vemos quantas regalias ele possuiu, como ficar em sela especial apenas para ele, fora a sua recepção no dia em que foi volta de avião a Campina Grande para se entregar à polícia, quando foi recebido por todos os delegados e o Superintendente de Polícia de forma aclamada e fraternal, segundo Ronaldo Leite (1997, p.232). No próprio processo criminal consta um recorte do jornal Diário da Borborema colocado pelo promotor encarregado Amaury Alcoforado, com a imagem de Cícero Tomé sendo recebido de forma festiva por seus colegas.

Como destacou um dos entrevistados da primeira enquête citada acima, a inflação é um problema grave, que atinge um pico elevado em meados de Agosto a Outubro como podemos constatar nas matérias jornalísticas que denunciam o grande aumento do preço de alimentos essenciais na mesa do brasileiro, como é caso do feijão, que passa a custar Cr\$140,00 o Kg⁶⁰. Além disso, charges também denunciavam o estado de penúria que muitos cidadãos campinenses passavam com a crise econômica do país – como a charge abaixo em que o homem na janela pensa “vamos cachorrinho, seja atropelado!” para que o mesmo pudesse pegar sua carne para comer:

⁵⁹ Apenas “Zezé Basílio” cumpriu adequadamente sua pena, morrendo inclusive na cadeia por complicações cardíacas em 1999.

⁶⁰ “Feijão some da mesa dos pobres: Cr\$140,00 quilo”. Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 17 de Outubro de 1980.



Figura 12: Preço da carne continua subindo. Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 14 de Agosto de 1980.

Estas opiniões dadas por alguns cidadãos campinenses e essas matérias jornalísticas só tendem a mostrar o quão complexa é a questão da violência urbana e o quão inocente e controverso seria pensar que apenas um grupo de justiceiros fortemente armados matando criminosos de forma sumária e exacerbada bastaria para pôr um fim ao crime. Ao estudar este caso mais a fundo vemos a enorme gama de fatores que acaba interferindo sempre de forma direta ou indireta para o aumento de criminalidade – vistos no decorrer do estudo – como situação econômica, fluxos migratórios, políticas públicas, investimento em segurança pública, fora a história de vida que cada indivíduo possui inserido em seu espaço social que podem ter levado a uma vida criminosa.

É importante observarmos também que a violência possui uma fisionomia, que impõe medo e que, conseqüentemente, pode acarretar em demonstrações mais acuadas de defesa e que em alguns casos assumem outra face: a de uma defesa pautada na violência (MORAIS, 1985, p.12). E durante esse processo, aqueles que se sentem amedrontados pela agressividade da violência, só conseguem reagir na mesma medida de reação ou de forma multiplicada: uma violência tão forte ou mais forte que pare a primeira, para então se instaurar novamente uma paz.

Para o filósofo e cientista social Regis de Moraes o clima de medo é algo inerente a todo e qualquer grande centro urbano (MORAIS, 1985, p.54), e Campina Grande como vimos era

uma cidade que ganhava proporções cada vez maiores em vários setores e que junto a isso também vieram problemas decorrentes deste próprio crescimento da cidade. Isso acarretará em uma fragilização dos sujeitos que se veem indefesos em meio a essa enorme massa amorfa que é a sociedade urbana e, se sentindo desprotegidos, dobram-se a discursos opressivos e tirânicos. Estes indivíduos

buscarão, na verdade, uma outra forma de identificação que alguns chamam de 'projetiva'. Isto significa: elegerão para si líderes ou ídolos *fortes* – tão fortes como eles não puderam ser. Aplaudirão a força implacável do Esquadrão da Morte, apoiarão a audácia do 'Mão Branca', escolherão times fortes, atletas imbatíveis e até – algumas vezes – grandes bandidos nos quais projetam secretamente seus anseios de poder. (MORAIS, 1985, p.55)

Assim a Campina Grande de 1980 cria uma série de circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais que possibilitam a emergência de um grupo de extermínio tal como o "Mão Branca" nesta cidade que até então era uma pacata cidade que "crescia rumo ao progresso das cidades grandes", passando a se tornar uma cidade marcada de violência. Esta violência partia dos mais diversos lugares: desde os crimes praticados na periferia por motivos banais, dos assaltos a carros e arrombamentos a casas luxuosas até os crimes realizados pelos próprios policiais da época – que passavam por extorsões, tortura a civis e finalmente culminando em assassinatos ou sequestros que até hoje não se sabe os verdadeiros paradeiros das vítimas. O medo, o pânico e sentimento de insegurança foram os sentimentos que deixaram a cidade tão vulnerável à aparição destes justiceiros que achavam que iriam conseguir resolver um dos maiores problemas da sociedade brasileira contemporânea – a violência – transformando todo esse clima de temerosidade em sentimentos de segurança, conforto e paz, trazendo bonança na matança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a prática do justicamento privado no Brasil não é uma prática atual, mas sim algo que possui raízes profundas na história de nosso país e que acabou assumindo uma forma bastante peculiar e singular durante a Ditadura Militar brasileira e que foi um período por si só bastante marcante nas páginas da história desse país, somando a esse caso dos grupos de extermínio que causaram grande alarde por todos os lados (mídia, opinião pública etc.)

E foi a partir da transmissão desses acontecimentos através da mídia impressa, dos processos criminais e das memórias inscritas e escritas por pessoas que viveram a época, que pudemos constatar o grau de subjetividade presente em cada notícia e matéria publicada nas páginas de jornal, as tensões e sensibilidades manifestadas na sociedade paraibana da época – o medo, o conforto, a segurança e insegurança, dentre vários outros.

Por fim fica a experiência de uma tentativa malograda de trazer paz e segurança ao Estado da Paraíba por meios nefastos e questionáveis aplicados pelo grupo Mão Branca que, assim como todos os outros esquadrões da morte na história do Brasil (atual ou não), não diminuem em nada os índices de violência, na verdade só os aumentam.

Segurança Pública é missão única e exclusiva do Estado. Desde o Município com o sistema de guarda municipal, passando pelo Estado que administra a segurança pública, efetivando e treinando policiais civis e militares além de fornecer meios destes trabalharem e, por fim, a Federação com a Polícia Federal e Rodoviária que podem agir em conjunto às corporações policiais estaduais para a resolução de crimes de forma efetiva.

Após cerca de dois anos e meio de pesquisa sobre o caso e a época em que este se desenrolava na cidade de Campina Grande, muitas coisas foram observadas e analisadas. Tendo ciência da quantidade de acontecimentos a serem ainda explorados durante esta temporalidade e localidade, este trabalho terá continuidade em nossa pesquisa de dissertação de mestrado a partir deste mesmo ano de 2015⁶¹ em que analisaremos não só o caso Mão Branca – em 1980 –, mas todo o período que compreende o governo do presidente João Batista Figueiredo (1979-1985) no contexto de “redemocratização” e como várias formas de

⁶¹ A frágil “redemocratização” de João Figueiredo: a democracia campinense em apuros (1979-1985).

violência (além do esquadrão da morte) e censura se manifestaram nesta época, problematizando a ideia de que este período foi conhecido por ser tão brando e que, como afirma Marco Antonio Villa em *Ditadura a Brasileira*⁶², mal pode se chamar de ditadura.

⁶² VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira**. – São Paulo. Leya, 2004.

REFERÊNCIAS

- LIVROS

BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**. In: Teoria da Cultura de Massa. Org.: Luiz Costa Lima. 2º Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BICUDO, Hélio Pereira. **Do esquadrão da morte ao justiceiros**. São Paulo: Paulinas, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. – Rio de Janeiro. Bertrand, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRUYÈRE-OSTELS, Walter. **História dos mercenários: de 1789 aos nossos dias**. Tradução: Patrícia Reuillard. São Paulo: Contexto, 2012.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930 – 1950)**. Tese de doutorado. João Pessoa: UFPB, 2007.

CEPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal o Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução: Cristina Antunes. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

COSTA, Leonardo Barboza da. **Estruturação da cidade de Campina Grande: As estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

DAVIS, Carol Anne. **Conduta Cruel**. Tradução: José A. Z. Silva. São Paulo: Larrousse do Brasil, 2009.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. 5ª Edição. São Paulo: Bertrand, 1986.

IEMINI, Giovani. **Mão Branca** – 1ª edição – Brasília: Editora LGE, 2009.

KUSSLER, Leonardo Marques. **As diferentes tomadas do conceito de memória em Paul Ricoeur**. X Salão de Iniciação Científica – PUCRS, Rio Grande do Sul, 2009, p.1629-1631.

LEITE, Ronaldo. **A verdade sobre o carrasco Mão Branca**. João Pessoa: A União, 2007.

LOUZEIRO, José. **Mito em chamas: a lenda do justiceiro Mão Branca**. São Paulo: Moderna, 1997.

NOBREGA JR, José Maria. **Homicídios no Nordeste: dinâmica, relações sociais e desmistificação da violência homicida**. – 1ª ed. – Campina Grande: EDUFCG, 2012.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação**. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (ORGs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: EDUEPB, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). **Fontes Históricas** – 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

RAMOS, Érica Lins. **Campina Grande (1964-1968): um estudo sobre o movimento universitário campinense**. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (ORGs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: EDUEPB, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, José Fernandes Ferreira. **“Justiceiros” e Violência Urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Luciana Estevam da. **Cidade e Violência: Campina Grande na década de 1980 e as representações do “Mão Branca” nos jornais**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

VELLASQUES, Camila Tersariol. **Perfil criminal dos *Serial Killers***. Monografia de Direito. Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”. Presidente Prudente, 2008.

- SITES:

<http://anaenne.wix.com/lami> Acessado em 11/01/2015.

AGRA FILHO, Luciano Bezerra. **O desenvolvimento econômico no contexto da industrialização na Paraíba: engenhos, curtumes e tecelagens**. 2011. Retirado do site: http://www.partes.com.br/politica/paraiba.asp#_ftn1. Acessado em 09/01/2015.

LOINGSIGH, Eamon. **The White Hand**. 2013. <http://artofneed.wordpress.com/2013/07/10/the-white-hand-gang/> Acessado em: 11/01/2015.

COSTA, Márcia Regina da. **São Paulo e Rio de Janeiro: A Constituição do Esquadrão da Morte**. Retirado do site: <http://www.omartelo.com/omartelo23/materia2.html> Acessado em: 11/01/2015.

- JORNAIS:

Diário da Borborema: anos de 1979 e 1980.

Jornal da Paraíba: anos 1979 e 1980.

Jornal O Estadão de São Paulo: anos 1980 e 1997.

- RELATOS ORAIS DE MEMÓRIA

Entrevista concedida a Rennatta Araújo, pela senhora Maria Salomé do Ó Santos no dia 31 de agosto de 2014.

- PROCESSO CRIMINAL:

Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; p. 255. Volume 02, p. 250-487; Volume 03, p. 491-745; Volume 04, p. 746-997; Volume 05, p. 998-1359 e Volume 06, p. 1360-1467. Ano de 1980.